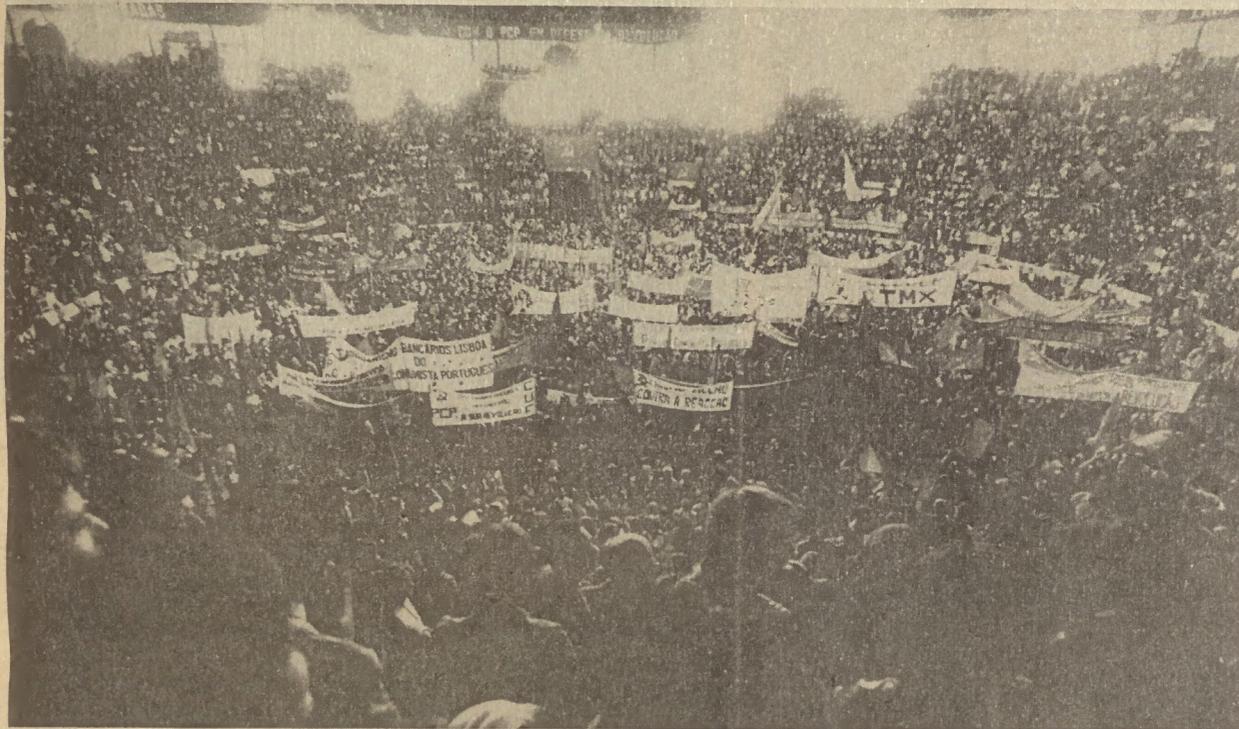


## COM O PCP EM DEFESA DA REVOLUÇÃO



**Enorme multidão encheu por completo o Campo Pequeno na terça-feira à noite, durante o comício promovido pela DORL do PCP, manifestando decididamente que os trabalhadores estão dispostos a defender a sua revolução e a não permitirem que as conquistas alcançadas possam vir a ser suprimidas**

O recinto do Campo Pequeno encheu-se depressa na noite de terça-feira. Entretanto, cá fora, alguns milhares de pessoas apenas tiveram oportunidade de seguir as intervenções dos oradores através da instalação sonora previamente montada, mas nem por isso o espírito de luta que inundava a praça decrescia de intensidade no exterior.

Atendendo à complexidade do momento político que o País atravessava, tendo em conta que a formação do VI Governo ainda não fora definida, o comício revestiu-se pois de uma importância tanto maior quanto permitiu um diálogo em cima da hora da direcção do Partido Comunista Português com os seus militantes e simpatizantes, expondo a actuação de determinadas forças políticas e os problemas que se levantam no momento actual, bem como a posição do PCP face à sua revolução.

As tradicionais bandeiras vermelhas, às centenas, emprestavam ao recinto o colorido habitual das manifes-

tações do nosso Partido. Sobre a multidão, uma mancha vermelha apenas entrecortada pelos cartazes que marcavam a presença das diferentes células e organizações do PCP.

Sem pretender nomear todas, pois não nos ariscamos a falhar muitas, viam-se representações da Casa Hipólito, RTP, Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, Sanimar, Seguros, J. Pimenta, Cabos Ávila, Sector Público, Automática Eléctrica Portuguesa, célula da TMX, Cel-CAT, Arsenal do Alentejo, EIP, CUF, Instituto dos Cereais, Ministério do Trabalho, Magde. E ainda delegações de comunistas de Loures, Amadora, Cacém, Carcavelos, Pontinha, de emigrantes progressistas de Toulouse e uma delegação de comunistas dinamarqueses que através de um grande cartaz expressava a sua solidariedade para com a luta dos camaradas portugueses.

A assistência aplaudiu longamente, gritando logo a seguir a palavra de ordem «soldados e marinheiros sempre ao lado do povo», quando entraram no

recinto duas delegações empunhando cartazes com os seguintes dizeres: «Marinheiros e soldados são trabalhadores fardados» e «Soldados e marinheiros são nossos companheiros».

Logo a seguir, a célula da Sorefame fez a sua aparição com um grande painel onde uma caricatura apresentava a cabeça de um capitalista colocada num tombo e com a seguinte legenda: «Aperta camarada, aperta».

### PORTUGAL VENCERÁ

No recinto do Campo Pequeno, onde grandes painéis colocados nos resguardos das galerias indicavam as principais palavras de ordem («Soldados sempre, sempre ao lado do Povo»; «Com o PCP em defesa da Revolução»; «As conquistas alcançadas não nos podem ser roubadas»; «Vigilância

(Continua na pág. 4)

## Editorial

### O VI Governo Provisório

O VI Governo Provisório é formado em condições difíceis do processo revolucionário português. Com novos aspectos e novas contradições, a crise continua. Continua nos seus múltiplos aspectos: político, militar, económico, social e ideológico. Recebe a influência das dificuldades da descolonização em Angola e Timor e da pressão e da ingerência do imperialismo em Portugal.

Ao nível do poder político, a evolução da situação no MFA e nas Forças Armadas e a formação do VI Governo Provisório permitem de momento sair do perigoso vazio de autoridade e de estruturas. Problemas de fundo ficam porém por resolver. A não serem resolvidos, não passarão muitos dias sem que novo agravamento da crise se verifique.

#### A AMEAÇA DA CONTRA-REVOLUÇÃO

Qualquer força com um mínimo de sentido da sua responsabilidade para com o povo e o país, não pode deixar de ter no primeiro plano das suas preocupações a ameaça da contra-revolução.

A conspiração desenvolve a sua rede da informação, comunicações e agitação subversiva. Multiplica os núcleos fascistas de intervenção. Alarga, arma, munícia e lança, numa experimentação de assaltos e atentados, organizações terroristas como o ELP e o MLDP. Importa armas e explosivos de contrabando. Regulariza os elos e cumplicidade com dirigentes e quadros de partidos legais. Inventaria as suas posições no aparelho do Estado particularmente nas Forças Armadas.

Spínola é um dos chefes e polos de atracção da contra-revolução. Não é porém o único. A vigilância tem de ser grande na direcção de Kaulzas, Bettencourts, Cardosos e outros conhecidos. E também na direcção de menos conhecidos cujo comportamento é inquietante.

As remodelações dos órgãos do poder deverão ter como uma das preocupações predominantes esta ameaça. Tanto pela política a seguir como pelos homens chamados a pô-la em prática, deverão dar garantias de estarem com o processo revolucionário.

#### NOVO GOVERNO

Foi numa situação particularmente complexa e confusa que o almirante Pinheiro de Azevedo foi chamado a formar novo governo.

As forças reaccionárias avançaram na esteira e em apoio de certas formações e sectores que têm estado com o processo. Num cálculo, que a história classificará, estas beneficiaram desse apoio na luta contra as forças da esquerda, endossando o pagamento do preço (o crescente perigo da contra-revolução) à nossa jovem democracia e ao nosso povo.

A formação do VI Governo Provisório dá-se num momento de recuo das forças da esquerda e de uma dificultosa reaproximação entre sectores políticos e militares que têm estado com o processo. É um governo que visa contribuir para superar a crise, através da diminuição de tensões que, na situação que atravessamos, poderiam conduzir a um confronto violento, criando terreno favorável para a contra-revolução e para a instauração de uma nova ditadura.

O PCP considerou de forma favorável a designação do almirante Pinheiro de Azevedo, mas fez e faz fortes objecções ao critério seguido de aceitar no governo membros do PPD, respondendo à exigência do PS.

Membros do PPD nada têm a fazer num governo que conta, entre as suas tarefas, a luta contra a reacção, o desmantelamento das organizações e bandos contra-revolucionários, a defesa da ordem democrática, o castigo dos autores de violências e atentados. O PPD continua, nas suas posições e

(Continua na pág. 2)

# O POVO SABERÁ PARTIR OS DENTES A QUEM SE LEVANTE CONTRA ELE!



## PARALISAÇÃO NO ALENTEJO

**A classe operária alentejana realizou ontem mais uma grande jornada de luta contra o fascismo e os seus aliados**

### MANIFESTAÇÃO HOJE

CONVOCADA POR DEZENAS DE COMISSÕES  
DE TRABALHADORES  
COM O APOIO DO PCP  
CONCENTRAÇÃO ÀS 18.30 NO TERREIRO DO PAÇO  
E TERMO NO PARQUE EDUARDO VII  
NA UNIDADE OS TRABALHADORES  
AVANÇAM

Respondendo à escalada reaccionária que pretendia romper no Alentejo, todos os trabalhadores paralisaram ontem, concentrando-se em grandes manifestações nas três sedes dos distritos do Alto e Baixo Alentejo — Portalegre, Évora e Beja.

Os trabalhadores alentejanos que, durante anos, não pouparam esforços contra a exploração dos grandes latifundiários, vieram mais uma vez para a rua, numa grande manifestação de unidade e força, para que fique bem claro às forças reaccionárias que, no Alentejo das grandes lutas antifascistas, as manobras dos grandes agrários exploradores ficarão desfeitos contra a muralha de aço dos operários e camponeses que, lado a lado, de-

fendem a sua Revolução e que é também a Revolução de todos os trabalhadores de Portugal, explorados pelos parasitas durante dezenas de anos.

Na manhã de ontem e respondendo firmemente aos acontecimentos verificados no distrito de Portalegre, onde, no dia anterior, uma grande manifestação de trabalhadores dera resposta adequada aos grandes agrários, o Alentejo paralisou por completo.

Acobardada a reacção fugiu à luta dos trabalhadores, escondendo-se prudentemente nas suas residências ou procurando outras paragens, que o exemplo de Portalegre,

(Continua na pág. 3)

# Editorial

(Continuação da pág. 1)

atividades, a identificar-se com a direita reaccionária. Não deveria ter lugar no novo governo que marca com uma mancha negra.

Apesar da personalidade do novo Primeiro-Ministro e do programa aprovado, o novo governo representará no seu conjunto uma inflexão à direita. E, por ideias avançadas nas negociações, é lícito esperar de ministros do PS e do PPD a tentativa de porem em causa algumas das conquistas da revolução e de desviarem esta da sua perspectiva socialista para a reabsorverem num enquadramento social-democrata.

É uma realidade com que se deve contar, para a qual se deve estar prevenido e contra a qual se tem de lutar caso se confirme.

## O PROGRAMA DO GOVERNO

A plataforma apresentada pelo Primeiro-Ministro indigitado, apesar de certas formulações equívocas, contém directrizes essenciais a que ficam obrigados todos os membros do governo.

O combate às actividades contra-revolucionárias, a defesa da ordem democrática, medidas para assegurar no imediato o exercício das liberdades em todo o território, a consolidação das conquistas e da reforma agrária, são pontos básicos da plataforma, que devem obrigatoriamente orientar a acção do VI Governo Provisório.

Não poderá em nenhum caso ser admitido que, a pretexto de interpretações, se ponha em causa ou se contrariem estas directrizes fundamentais e centrais no momento presente. O VI Governo mostrará dentro de poucos dias a sua verdadeira fisionomia nas medidas que tomar em relação a essas directrizes, assim como em relação às demais fixadas no programa.

Por isso será apreciado, julgado e classificado. E por isso receberá também o assentimento ou a oposição do povo português.

## UMA DIFÍCIL DECISÃO

Se o PCP resolveu dar ao indigitado Primeiro Ministro a sua cooperação para sair das dificuldades, não foi porque concordasse ou concorde com a solução. Foi sim porque a alternativa quase certa para o governo agora em formação seria, não um governo à esquerda, mas um governo abertamente da direita.

A conspiração contra-revolucionária poderia ficar com rédea solta, aumentando os perigos da instauração duma nova ditadura a curto prazo. Eventualmente sem golpe, apenas pelo jogo interno de forças, a mesma ditadura poderia instalar-se.

Naturalmente que haveria e que há que contar com a acção das forças revolucionárias, populares e militares, com a luta da classe operária e das massas populares. Mas um governo de direita, controlando boa parte do aparelho do Estado, sem oposição interna, duplicaria os perigos da contra-revolução.

A firme determinação de servir a revolução, pondo esse objectivo acima de qualquer estreiteza, sectarismo partidário ou falça noção do prestígio, levou o PCP a aceitar que membros do PCP participem no governo, não em representação oficial do Partido, não em posições de destaque, mas podendo, apesar disso, com a sua presença e a sua acção, contribuir para a defesa da revolução e dos seus objectivos essenciais.

Trata-se de uma decisão difícil, fundada na preocupação suprema de servir o povo e o país. Trata-se também de uma espinhosa missão dada aos membros do partido que forem designados para participar num governo que não é de coligação. A decisão poderá a qualquer momento ser revista, se os factos mostrarem a impossibilidade de cumprimento da missão.

## UM POSTO DE COMBATE

Comunistas que participem no Governo consideram a pasta do Ministro ou de Secretário de Estado como um posto de combate.

No Governo, como na fábrica, na herdade, na rua, onde quer que se encontre, o membro do PCP tem como missão defender os interesses dos trabalhadores, defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, lutar firmemente pela construção de um Portugal verdadeiramente democrático a caminho do socialismo.

A actividade de membros do PCP no VI Governo Provisório será particularmente complexa. Tal como noutros governos anteriores, designadamente no primeiro, estreitamente controlado por Spínola, os membros do PCP terão de travar uma batalha difícil contra as tendências predominantes, designadamente contra uma prática que tende a reabsorver o processo revolucionário numa política social-democrata. Não deve haver ilusões. O Programa do Governo anunciado pelo Primeiro Ministro é aceitável. Mas, na sua aplicação, aparecerão certamente as divergências existentes entre os partidos de que fazem parte os membros do governo.

Na esfera das suas atribuições, caberá aos membros do Partido tomar decisões. Conselho de Ministros defenderão as justas posições do Partido.

Os trabalhadores, as forças progressistas e revolucionários poderão estar certos de que terão nos comunistas no Governo gente sua, quadros que, lutando pelos mesmos objectivos revolucionários num complexo posto de combate, onde há amigos, mas onde há também aliados incertos e forças hostis.

A acção dos comunistas no governo é inseparável da acção política do Partido e da actividade e da luta da classe operária, das massas trabalhadoras, das forças revolucionárias.

Onde quer que se encontrem, os comunistas estão ao serviço da classe operária, das massas trabalhadoras, da causa da liberdade, da democracia, da independência nacional e do socialismo.

Como sempre, a política do PCP será uma só no governo e na rua.

# O PROBLEMA DOS RETORNADOS DE ANGOLA

## A reacção trata de explorar por todos os meios o desespero dos retornados de Angola, procurando transformá-lo em instrumento dos seus fins contra-revolucionários. É preciso neutralizar essas manobras, desmascará-las, derrotá-las

O nosso Partido tem chamado a atenção desde o 25 de Abril para a relação directa existente entre o avanço da descolonização e o destino da Revolução Portuguesa. Nunca, porém, essa relação foi tão evidente como nas últimas semanas, após o agravamento da situação em Angola. A exploração dos problemas humanos de dezenas de milhares de retornados de Angola tomou-se uma perigosa arma política nas mãos da reacção.

Forças e elementos que durante anos apoiaram o colonialismo encontram agora na «tragédia de Angola» uma oportunidade para retomarem teses colonialistas e para mobilizarem contra o processo revolucionário — através da mentira, da calúnia, da instrumentalização do sentimentalismo popular — sectores pouco esclarecidos da pequena burguesia e do campesinato.

A reacção portuguesa que é, com o imperialismo, responsável pela degradação da situação em Angola, trata de utilizar em benefício próprio a amargura e a revolta dos retornados, vítimas da sabotagem da política de descolonização. Tivemos alguns exemplos das consequências dessas manobras nos comícios e reuniões promovidos para discussão de problemas concretos dos portugueses regressados de Angola, mas que foram na realidade transformados em manifestações de conteúdo contra-revolucionário pela interferência de agitadores fascistas. Factos ligados

ao assalto e ocupação das instalações da sede do Banco de Angola vieram demonstrar também que essa iniciativa não visava o objectivo anunciado — a solução de problemas monetários de milhares de trabalhadores vindos de Angola — mas sim aprofundar a crise em que se debatia e debate a Revolução Portuguesa.

Não menos grave e não menos intencional é a exploração, através de um jornalismo sensacionalista e abjecto dos dramas individuais de famílias de retornados. O estilo não é novo. A direita belga utilizou-o após a independência do antigo Congo. A reacção francesa aperfeiçoou-o quando a independência da Argélia motivou o êxodo de cerca de um milhão de pessoas de origem europeia. Mas para se encontrar um paralelo para os reportagens de certa imprensa sobre a questão dos retornados seria necessário remontarmos a 1961 quando, no início da guerra colonial, os jornais ao serviço do fascismo cumpriam ordens directas de Salazar.

«O Tempo», por exemplo, publica duas páginas com entrevistas que são o espelho da sua ideologia e da ética profissional dos que nele trabalham. Trata-se de um dos painéis mais repugnantes da imprensa reaccionária. Nele se encontram histórias de horrores que vão desde a violação de crianças ao drama do marido que matou a mulher e a filha para evitar que caíssem nas mãos de africanos, passando pelo suicídio dos que enlouqueceram. Nada é casual nessas entrevistas, nada é espontâneo. Todas

elas visam provocar o ódio dos leitores contra as forças progressistas. Contra o MPLA, em particular, mas também contra o almirante Rosa Coutinho, contra os soldados, sargentos e oficiais revolucionários das Forças Armadas, contra todos aqueles que em Angola se bateram e batem contra o colonialismo. É sintomático que o mesmo jornal, na mesma edição, publique uma longa entrevista com um membro do Comité Central da UNITA na qual se procura dar a impressão de que Angola seria um paraíso se o MPLA não existisse. Como era de esperar o responsável da UNITA manifesta um anti-comunismo doentio (o recado dos seus patrões imperialistas), um anti-socialismo fanático. O contraste entre a simpatia calorosa pela UNITA e a hostilidade ao MPLA, revela bem qual é o fim da jogada.

A vergonhosa exploração dos sofrimentos dos retornados de Angola e a invenção de episódios macabros torna-se dia a dia um trampolim para manobras claramente reaccionárias, de aberto desafio ao processo revolucionário. O «Tempo» usa já sem rebuços a linguagem clássica do colonialismo. *Fala num «milhão de portugueses» — brancos, pretos, mestiços, amarelos — sem receio de desmentidos (...), traído e abandonado em Angola.* São os mitos que voltam, é toda a arrogância fascista que reaparece. Na escalada da reacção, na insolência colonialista só falta que amanhã esses herdeiros da maioria silenciosa recomecem, como os senhores da ANP, como os pides e os legionários, como Salazar e Caetano, a exigir a reconcolização da «nação una e indivisível, do Minho a Timor».

É preciso denunciar esses falsos campeões das liberdades que sonham com a volta do fascismo, que trabalham pela contra-revolução. Os seus fins são claros. Estão em todas as entrevistas que o «Tempo» e outros órgãos da reacção pretendem impingir como *documentos humanos*. Como a daquele retornado que falou por todos os fascistas esperanças num banho de sangue ao declarar com arrogância: «quando cá estiverem todos aqueles que tiverem de fugir de Angola, posso garantir que vai haver grandes problemas. Não é um aviso nem uma ameaça — é a verdade. Já nada temos a perder».

Os trabalhadores portugueses vindos de Angola não devem ser confundidos com a minoria de reaccionários que fala em seu nome. A grande maioria enfrenta em Portugal problemas de difícil solução. Muitos perderam os seus pequenos pecúlios e encaram o futuro com apreensão. Contam com a solidariedade, a compreensão humana e o apoio dos trabalhadores comunistas de Portugal. Algumas famílias, num exemplo de coragem e de espírito revolucionário,

mostram-se dispostas a iniciar experiências cooperativas pioneiras. Estão decididos esses trabalhadores retornados a fazer em Portugal o mesmo que faziam em Angola: trabalhar com dignidade. Merecem a simpatia e o respeito, a ajuda do nosso Partido.

Quem viu e ouviu na Televisão esses portugueses viu e ouviu vítimas da engrenagem do colonialismo e do imperialismo. Não podem ser confundidos com os reaccionários, com os fascistas que chegam de Angola para engrossar imediatamente as fileiras da contra-revolução. Essa minoria esforça-se para envolver a massa dos retornados em provocações, procura semear a dúvida, a inquietação e o divisionismo no seio da pequena burguesia e das Forças Armadas. O desespero dos retornados de Angola é para os saudosistas do fascismo uma arma preciosa. É preciso saber neutralizá-la, despolitizá-la, impedir que a fermentação da amargura dessas dezenas de milhares de portugueses sirva os fins criminosos das forças empenhadas em ressuscitar o passado, em afogar em sangue as conquistas revolucionárias do Povo Português.

## A OBRA DO V GOVERNO NÃO PODE PERDER-SE

Para que as medidas do V Governo não fiquem apenas como propostas revolucionárias, para que o VI as aplique a todas na prática de um País que tanto necessita delas, é preciso derrotar de vez a «aliança» entre as forças que querem travar o processo revolucionário e as que querem destruí-lo. A esse conluio objectivo teremos de opôr a aliança Povo-MFA, lutar pela sua salvaguarda, impor a força da unidade de cada uma das componentes revolucionárias

O V Governo provisório não foi apenas o que sucedeu ao IV e deixava entrever o VI. Trazia consigo uma proposta séria para o avanço decisivo do processo revolucionário. Por isso teve contra ele tudo o que neste País pretende, de uma forma ou outra, salvar o possível de tudo o que era monopólio e latifúndio. Por isso teve de enfrentar, desde a sua formação, o insulto pessoal, a calúnia, a ameaça da subversão completa, incluindo «marchas sobre Lisboa», mobilizações de «maiorias silenciosas», incluindo risos diários de toda a ordem que atacavam pela raiz a Revolução.

Não vamos fazer a história do V Governo. Tão-pouco é nosso objectivo propor um balanço. Queremos apenas lembrar que contra o Ministério de Vasco Gonçalves se combinaram as forças que pretendem travar e as que pretendem destruir o processo revolucionário. Dessa «aliança», que teve resultados práticos muito perigosos, esperamos não ouvir falar tão cedo. A ela não devem voltar a abrir as portas forças responsáveis que afirmam estar com a via socialista de desenvolvimento para Portugal, nos termos em que se encontra claramente definida pelo MFA no seu Programa de Acção Política.

Dessa «aliança» objectiva, dos seus frutos violentos, do mal que causou ou, pode objectivamente falar o nosso Partido. Podem falar os nossos militantes dos centros de trabalho assaltados e destruídos.

Em determinada altura, no auge da vitalidade dessa «aliança» contra-revolucionária, não era apenas o V Governo provisório que se pretendia ver afastado. A reacção fascista visava todas as forças democráticas, patrióticas e revolucionárias. Os violentos ataques ao Partido Comunista Português e particularmente os assaltos armados aos nossos centros de trabalho, que causaram a morte de um camarada, são a prova bem clara de que estava em jogo: destruir ou manter as liberdades democráticas; fechar ou abrir as portas ao fascismo.

Queremos lembrar ainda que o V Governo provisório, chefiado pelo general Vasco Gonçalves, surgiu de o PS e o PPD terem abandonado a coligação. De entre os motivos apontados, ou não, para esse abandono, destacava-se uma violenta rejeição do Documento-Guia aprovado pela Assembleia do MFA, quando esta adiantava um projecto — nada mais que um projecto — no sentido de contribuir para institucionalizar (fortalecendo-a) a aliança do movimento popular de massas com o Movimento das Forças Armadas, a aliança Povo-MFA.

É essa aliança, sempre defendida pelo nosso Partido, que devemos ter presente quando falamos do V Governo provisório e das forças que tão encarniçadamente o atacaram. Essa aliança tem de ser defendida e preservada, como tem de ser defendida e preservada a unidade de cada uma das suas componentes. Sem essa unidade e sem essa aliança o processo revolucionário não resistirá. Limitar-nos-emos a assistir à sua lenta ou acelerada destruição. Evitá-la deve ser também a função do VI Governo provisório.

O último Ministério, cuja manutenção se revelou impossível sem aumentar os riscos contra-revolucionários, transmite ao que o substituiu uma série de medidas que, a serem aplicadas, fortalecerão a aliança que acabámos de referir. Serão, no campo das nacionalizações, um avanço muito valioso para pôr ao serviço dos trabalhadores, de todo o Povo português, sectores vitais da nossa economia. No campo da reforma agrária, serão marcos importantes entre as medidas já adoptadas.

Nacionalizar a CUF e administrá-la de forma a servir os verdadeiros interesses nacionais, que são os interesses dos trabalhadores, institucionalizar o controle operário, reduzir os preços dos adubos, sanear as cooperativas agrícolas, de modo a pô-las nas mãos de quem trabalha, dar crédito bancário a quem na verdade dele necessita, apoiar técnica e financeiramente pequenos e médios agricultores, cooperativas e outras associações económicas de médios e pequenos produtores, estimular a batalha da produção, adoptar medidas de austeridade, são, entre muitas outras, algumas medidas que nenhum Governo hoje em Portugal poderá pôr de parte, como o V Governo bem o entendeu e praticou.

É sabido como a aliança Povo-MFA foi um dos alvos predilectos de todas as forças reaccionárias que defendem a dissolução do Movimento armado do 25 de Abril. É sabido como essa tentativa se mantém e como já obteve êxitos consideráveis e perigosos na campanha divisionista destinada a amoldar todas as vozes que defendem consequentemente o processo revolucionário de transição para o socialismo. Continuar essa campanha, caluniar personalidades do MFA, atacá-las de um ponto de vista pessoal e sem fornecer provas, atrair militares progressistas contra militares progressistas, tem sido a função predilecta de quem troca o debate ideológico, a defesa consciente desta ou daquela linha de acção pela política manhosa, pelo golpe baixo, pela fuga às responsabilidades.

Salvar a aliança Povo-MFA, lutar pela unidade das componentes revolucionárias que permitiram o 25 de Abril, que venceram em 28 de Setembro e em 11 de Março, continua a ser o objectivo prioritário num momento em que as ameaças contra-revolucionárias e fascistas se mantêm prontas a passar de novo à violência logo que a mínima oportunidade lhes abra esse caminho.

## CASTIGAR OS INCENDIÁRIOS

Zonas imensas do parque florestal são campo de chamas ateadas pela reacção. A Comissão Distrital de Vila Real do nosso Partido alerta para a vigilância popular

## UMA NOVA TRINCHEIRA ABERTA PELA REACÇÃO

Onde actua, a reacção semeia a ruína. Uma das suas tácticas consiste em transformar o país num imenso brasileiro. Trata-se de uma acção de sabotagem económica e de intimidação psicológica. Destroem-se riquezas naturais, importantes no quadro da economia do país, e com esta onda de destruição procura lançar-se um clima de pânico entre as populações. Mas o capital político que a reacção procura extrair dos seus crimes não fica por aqui. Em algumas zonas, as forças contra-revolucionárias desenvolvem uma campanha caluniosa, responsabilizando os comunistas por estes actos de vandalismo. Mais uma vez a reacção demonstra a sua clarividência no discernimento de qual o seu mais poderoso inimigo. A reacção ataca, sem tréguas, o nosso Partido porque este é o partido da classe operária, o partido em cujo projecto político se encerra o futuro de felicidade do povo português.

A reacção encontra-se bem organizada. Não podemos descurar este facto. Desprezar as forças do inimigo do povo seria um erro cujas consequências atingiriam de morte o processo revolucionário. Sintoma desta organização são os meios empregues no lançamento de fogos. Recordemos que segundo declarações à R.T.P. do adjunto do Director Geral dos Serviços Florestais, «estas acções em

que são utilizados meios aéreos no lançamento de fogos, postos em pontos escolhidos de mais difícil penetração, não podem ser obra de um ou outro tresloucado.»

Nun comunicado da Comissão Distrital de Vila Real do nosso Partido diz-se: «Só as forças contra-revolucionárias estão interessadas nisto, em prejudicar o país, destruindo o património florestal que demorará dezenas de anos a reconstituir-se, debilitando fortemente a nossa indústria madeireira e de celulose, que é fundamental ao desenvolvimento do país.»

Frente a esta vaga de destruição, erguem-se os trabalhadores e as populações defendendo a riqueza do país e não acreditando nos boatos criminosos que os incendiários põem a correr; erguem-se as Corporações de Bombeiros Voluntários e das Forças Armadas.

Também nesta frente de combate à reacção, os comunistas se encontram nas primeiras fileiras, facto que o comunicado da Comissão Distrital de Vila Real do nosso Partido destaca com orgulho.

Mas a forma mais eficaz de combate, a única que permitirá deter a marcha da reacção consiste na vigilância popular para denunciar, prender e castigar os fascistas! Esta uma tarefa de quantos patrioticamente estão com o processo revolucionário.

Simultaneamente, assiste-se, no plano internacional, a uma verdadeira cruzada de «solidariedade» às supostas vítimas da política do MPLA, cruzada promovida por forças políticas claramente identificadas com o imperialismo americano e que se limitam a cumprir as suas intruções. É o caso da direita brasileira que multiplica os seus apelos «fraternos» aos portugueses de Angola. É o caso do Zaire, cujo Governo, numa declaração tão hipocrita como demagógica, se afirma disposto a receber 400 000 refugiados portugueses de Angola, isto é mais do que o total de civis de origem europeia ali radicados...

«O gesto altamente humanitário» do presidente Mobutu Sese Seko — a definição é de uma entidade reaccionária de Kinsasha — constitui em termos de estratégia política um acto de «solidariedade» às forças pro-imperialistas que combatem em Angola o MPLA. Insere-se na mesma linha contra-revolucionária das provocações realizadas no Sul de Angola por tropas sul-africanas, na mesma linha das reportagens do «Tempo» tendentes a estimular a violência dos retornados e a encorajar (sob a forma de solidariedade aqueles que voltam de Angola desesperados) a escalada fascista em Portugal.

Os insultos genéricos dos paquins da reacção ao MFA e às Forças Armadas no seu conjunto valem por uma advertência. Nos tempos de Salazar, a «Época» apontava como traidores e apátridas os patriotas que se opunham à guerra colonial; a nova imprensa fascista retoma a mesma linguagem para injuriar os oficiais, sargentos e soldados (e os partidos e forças progressistas) que, numa situação de crise, procuram honrar os compromissos da descolonização. E conseguem o que após o 28 de Setembro, depois do 11 de Março não seria possível. Fazem todo esse alarido, montam essa orquestração reaccionária, dirigem esses apelos ao caos e à violência em nome da defesa das liberdades.

# QUEM TEME CRITICAR SPÍNOLA?

## A viagem conspirativa do ex-general Spínola tornou mais evidentes os seus objectivos golpistas. Mas chamou também a atenção para a atitude ambígua que certos partidos e certa imprensa continuam a adoptar perante o traidor do 11 de Março

O ex-general Spínola já se encontra novamente no Rio de Janeiro. Voltou como saíra: cercado pelo carinho das autoridades fascistas brasileiras. O governo do general Geisel dispensa-lhe o tratamento especial que reserva aos chefes de Estado de países «amigos», a ditadores como Pinochet, Banzer, Stroessner e outros. No regresso, nem passou pela polícia nem pela Alfândega. Foi dispensado de formalidades por decisão oficial.

Esses privilégios são compreensíveis da parte de um governo como o brasileiro. Spínola, afinal, conspira movido pela ambição de instaurar em Portugal uma ditadura comparável à que oprime o povo do Brasil. Foi para isso que se deslocou à Europa, onde contou também com a simpatia ostensiva das autoridades francesas. Falou muito, como habitualmente. Deu entrevistas a mais de uma dezena de jornais e rádios. Avistouse na sua luxuosa e caríssima suite do Sheraton com

elementos cujos nomes não foram revelados. E, fora do hotel, teve também outros encontros...

As declarações que fez à National Broadcasting Corporation-TV, dos Estados Unidos, e ao «Estado de S. Paulo», do Brasil, merecem uma atenção particular. O ex-general não se dirigiu através desses órgãos de informação exclusivamente à reacção americana e à reacção brasileira. Sabia que as suas palavras seriam também lidas em Portugal. Adoptou, por isso, a postura alambicada de um De Gaulle, que tanto lhe agrada desde que o «Expresso» o comparou com o ex-presidente da França poucos dias antes da tentativa de golpe fascista do 11 de Março. Essa preocupação de manter a fachada de respeitabilidade democrática explica a distância que Spínola tentou marcar em relação ao ELP. Nada teria a ver com essa organização terrorista. Em contrapartida, apresenta-se como o chefe do tão falado Movimento Democrático de

Libertação que, segundo se depreende do que disse e sugeriu, «tem as suas bases físicas e as suas forças dentro do território português». Que bases físicas, que forças? A esse respeito o ex-presidente ficou mudo. Mas, embora negando que seja sua intenção desencadear acções terroristas em Portugal, foi adiantando que «seria fácil, com um grupo de homens decididos conquistar o Poder». Na sua opinião, «uma reacção dessa espécie teria, sem dúvida, grandes apoios».

Na sua entrevista ao «Estado» Spínola insistiu de modo particular no carácter autoritário do regime com que sonha. As citações que fez, as críticas directas a oficiais do MFA definidos como «moderados», dissiparam quaisquer dúvidas sobre o carácter fascista da sua orientação democrática. Aquelles que algum dia, nas Forças Armadas, viram nele, no De Gaulle inventado pelo «Expresso» devem ter aberto agora

Melo Antunes de ter feito, após o 25 de Abril, «um programa igual ao do Partido Comunista».

O general Costa Gomes também não foi poupado. É, portanto, na direita militar, e apenas nela, que o organizador do 11 de Março vê virtudes, descobre afinidades, conta com aliados e simpáticos. Põe todas as suas esperanças num golpe fascista.

Curiosamente, nas entrevistas concedidas a órgãos de Informação dos EUA e do Brasil, Spínola não fez uma só crítica a qualquer dirigente político dos partidos da burguesia. Confirmou estar em Paris, para estabelecer contactos políticos. Mas não entrou em detalhes. Curiosamente também, o PPD e o CDS, que durante as últimas semanas aproveitaram todas as oportunidades para atacar o general Vasco Gonçalves, injuriar o MFA e até exigir a sua dissolução, não entenderam necessário fazer a mais livre crítica ao ex-general Spínola. Nenhum dos seus

dirigentes, durante comícios em que a Revolução foi desafiada e o MFA caluniado, teve uma só palavra para condenar as manobras provocatórias de Spínola. Curiosamente, nenhum dos órgãos de Informação «independentes» da burguesia, sempre pródigos em ataques ao nosso Partido, sempre dispostos a caluniar soldados revolucionários e a interessar-se por aspectos das suas vidas particulares, nem um só desses jornais deu até hoje a Spínola o tratamento que ele, como contra-revolucionário, merece. O ex-presidente conta com a simpatia e o apoio caloroso dos órgãos do imperialismo. É respeitado pelos senhores dos monopólios e pelos latifundiários. Para o «Expresso» como para o «Tempo», para o PPD como para o CDS, Spínola não é um traidor. Olfam para ele como uma esperança, como uma reserva. No próprio momento em que o secretário geral do PS, finalmente, reconhece em entrevista ao «Europeo» que o grande

perigo que ameaça a Revolução é a escalada fascista, há órgãos de Informação, como o «Tempo», que falam com a maior naturalidade das manobras conspiratórias de Spínola, sem uma só restrição à sua pessoa e aos seus actos — e, através da utilização de textos antigos, procuram atingir a dignidade do presidente da República.

A viagem de Spínola — transformando num profissional do golpismo — não mudou em coisa alguma a opinião que dele têm todos os portugueses revolucionários. Mas o silêncio de certos partidos e personalidades em face das suas provocações e a atitude duplice da imprensa da burguesia perante o traidor do MFA e do povo português são muito esclarecedores. Identificado com o fascismo, Spínola só pode merecer hoje a benevolência (e a simpatia) daqueles que estão contra a Revolução que desejam ver destruídas todas as suas conquistas.

# PARALISAÇÃO NO ALENTEJO

(Continuação da pag. 1)

re foi significativo. E obriga a pensar várias vezes antes de acometer contra as forças do trabalho.

Profundamente conscientes da sua condição de classe, todos os trabalhadores alentejanos — operários e camponeses — deixaram o seu trabalho e participaram decididamente na grande jornada de paralisação que abraçou ontem as planícies ao sul do Tejo.

Pelas 15 horas de ontem, milhares e milhares de pessoas começaram a concentrar-se em Portalegre, Évora e Beja, correspondendo em massa à convocação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores. Nos distritos de Évora e Beja, todo o comércio, bancos, indústrias e serviços públicos estavam parados e apenas abriram du-

rante uma parte da manhã as casas comerciais necessárias ao abastecimento da população. Em Portalegre, a paralisação tinha-se verificado no dia anterior mas, mesmo assim, ontem, algum comércio fechou bem como os serviços públicos. Nos campos não se viu um único homem para além dos necessários à defesa dos campos e das colheitas, não fosse a reacção tramá-las.

A convocação para a paralisação tinha o apoio da Direcção da Organização Regional do Alentejo do nosso Partido e as palavras de ordem gritadas — «Contra os agrários», «Não às concentrações dos agrários», «Temos fome», «Crédito agrícola imediato», «Saneamento», «Não a um governo de direita», «Soldado, o teu posto de luta é ao lado dos trabalhadores» e «Prisão dos conspiradores» — eram bem o sentido da esmagadora maioria da

população, alentejana; de todo o alentejo em luta, dos operários e camponeses, dos trabalhadores.

## FASCISTAS SÃO PUNIDOS!

Cerca das 12 horas do dia 16, cerca de 200 pessoas, na sua maioria agrários e trabalhadores por eles manipulados, concentraram-se junto do Centro de Trabalho do nosso Partido em Portalegre, na sequência de uma reunião de agrários efectuada nesta cidade, e no decorrer da qual estes inimigos do povo trabalhador manifestaram o propósito de incendiar o centro de trabalho do partido da classe operária e dos camponeses.

Quando o bando de fascistas se acercou do CT do PCP, já inúmeros camaradas se encontravam no interior, prontos a defendê-lo da crimi-

nosa investida dos fascistas. Estes, quando chegaram, ainda conseguiram arrombar a porta de entrada, mas quando tentavam subir a escada, os nossos camaradas opuseram-se decididamente a tais propósitos, provocando inúmeros feridos entre a horda de reaccionários.

Entretanto, chegaram a Portalegre centenas de trabalhadores da região de Campo Maior que, encerrando o bando de agrários, lhes aplicaram o devido correctivo por desenvolverem actividades claramente contra-revolucionárias. A acção punitiva dos trabalhadores nas hordas latifundistas provocou entre estas alguns feridos.

Mas os nossos camaradas, sabendo que se encontravam entre os agrários alguns trabalhadores aliados por aqueles, começaram, das janelas do Centro de Trabalho, a desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento. Em virtude desta acção, e vendo que tinham sido enganados pelos seus inimigos de classe, alguns dos trabalhadores que acompanhavam os agrários começaram a abandonar o local.

Pouco depois, por outras evidentes razões — a firme disposição da classe operária e dos camponeses alentejanos em defenderem a Reforma Agrária, em defenderem o processo revolucionário — também os reaccionários, embora contrateitos, começaram a dispersar.

Na tarde de terça-feira realizou-se uma grande concentração de trabalhadores frente ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Portalegre. Nesta concentração, a que estiveram presentes perto de dez mil trabalhadores, foi explicada a situação, concluindo-se que o caso das vacas da herdade das Cujancas foi um mero pretexto e insere-se na grande ofensiva dos agrários e latifundistas alentejanos contra a Reforma Agrária, insere-se na vasta conjura e ofensiva reaccionária que quer instaurar em Portugal uma nova ditadura fascista.

## OPERÁRIOS E CAMPONESES EM LUTA CONTRA OS AGRÁRIOS

Mas os reaccionários não desistiram das provocações, tendo-se infiltrado no meio dos trabalhadores e daí fomentado manobras claramente provocatórias, jogando com a paciência das massas populares, esquecendo-se que esta também se esgota. E esgotou-se. No fim da concentração, os trabalhadores foram-se aos provocadores fascistas e, mais uma vez, castigaram-nos severamente pela sua ousadia. Enquanto uns fugiam que nem coelhos, assustados outros ficaram a conhecer a combatividade das massas populares.

Entretanto, ao fim da tarde de ontem, confirmava-se a devolução do gado aos trabalhadores da herdade de Cujancas, enquanto prosseguiam as grandes manifestações em Évora (60 mil), Beja (70 mil), Estremoz (5 mil), Montemor (4 mil) e Vendas Novas (3 mil).

## DE PORTALEGRE A BEJA: A MESMA FIRMEZA!

Em Portalegre, a luta continuava ontem com a mesma intensidade. Para a tarde estava prevista uma concentração de trabalhadores. Tractores com atrelados transportando gente chegavam continuamente à cidade do Alto Alentejo. Todo o trabalho agrícola parou durante o dia. As fábricas de Campo Maior, Aviz, Elvas e outras localidades encerraram também. Parte do comércio aderiu igualmente pelo segundo dia consecutivo à luta dos trabalhadores agrícolas que os grandes agrários queriam espolar. Os trabalhadores da Câmara Municipal e dos Serviços

Municipalizados desfilaram pela cidade quando se dirigiam para a manifestação, que congregou milhares de pessoas. Os grandes burgueses não escodem o seu medo pelo castigo exemplar que os camponeses soberanamente aplicaram no dia anterior a doze agrários e seus lacaios. Pelo segundo dia consecutivo, sem olhar a esforços, sem quebras de ânimo, a luta dos operários e camponeses em Portalegre continuou.

Em Aljustrel, logo de manhã a paralisação era total. A mina, tradição de luta de tantos anos, encontrava-se deserta. Também o comércio aderiu. Em Montemor-o-Novo também a paralisação era geral. Os trabalhadores convergiam para Évora para participarem na manifestação.

Por seu turno, a cidade de Évora encontrava-se cheia de gente vinda das mais variadas partes do distrito. A paralisação foi total. Apenas da parte da tarde alguns bancários reaccionários tentaram abrir os bancos mas, de imediato, foram dissuadidos pela posição firme dos trabalhadores. Os serviços municipalizados, a Federação dos Municípios, a função pública, fábricas como a Siemens, Melka, Fomento Eborense e todas as restantes encerraram as suas portas. Os trabalhadores das cooperativas e herdades colectivas foram os primeiros a dar o exemplo da paralisação. Das lojas, como aconteceu no restante Alentejo, apenas abriram de manhã as essenciais para o abastecimento da população.

## GRANDES CONCENTRAÇÕES

Ao princípio da tarde, na Praça do Geraldo começou a concentração dos trabalhadores. Dezenas de milhares de pessoas gritaram firmemente a sua vontade de impedir definitivamente as manobras da reacção e continuarem a luta pelo avanço da Revolução e de todas as conquistas já alcançadas, nomeadamente a Reforma Agrária.

Em Estremoz, o sector da construção civil foi o primeiro a paralisar. Dentro em pouco já não havia trabalhadores nas pedreiras e pouco tempo depois a greve era geral. O mesmo sucedeu em Bencautel. As aldeias vermelhas de Fias e Couço seguiram à risca o apelo feito e quase todos partiram para a manifestação de Évora.

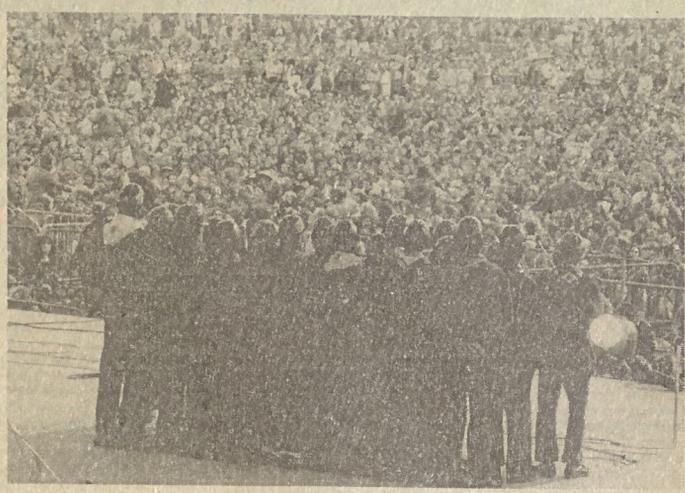
Nas regiões de Alentejo do Sul, Santiago do Cacém, Grândola, Sines, Ferreira do Alentejo e outras zonas foi total a paralisação do sector agrícola. Enquanto isso verificavam-se deslocamentos para Évora.

O distrito de Beja aderiu completamente à paralisação. Apenas a Juventude Socialista utilizando alguns jovens de 10 e 12 anos tentou distribuir panfletos caluniando a luta dos trabalhadores. De resto, pode-se dizer que todos os trabalhadores afirmaram bem claro qual a sua posição perante os actuais acontecimentos. Função pública, bancos, indústria, comércio e mesmo os trabalhadores civis da Base Aérea n.º 11 deram a sua adesão.

A concentração, que estava marcada para a Praça da República, teve de ser alterada à última hora em virtude de aquele local não comportar todos os presentes. Assim a concentração realizou-se no Estádio Municipal e a seguir as dezenas de milhares de pessoas presentes deslocaram-se até ao Regimento de Artilharia de Beja onde se encontrava presente o Governador Civil e as principais autoridades militares do distrito.

Por todo o distrito do Baixo Alentejo a determinação foi a mesma como aliás o foi no Alto Alentejo. Pequenas aldeias, montes isolados, grandes fábricas, serviços públicos a luta foi total.

A reacção sabe pois com o que conta e se tentará fazer valer as suas manobras será esmagada sem piedade pela força unida dos operários e camponeses como se verificou em Portalegre.



# SOLIDARIEDADE

## A presença da revolução portuguesa na festa de «L'Humanité» saudada fraternalmente por dezenas de milhares de trabalhadores

As cinquenta mil pessoas que, no meio de mar de lama em que a chuva diluviana transformara o parque de La Corneuve, se despediram do Grupo Coral do Sindicato de Mineiros de Aljustrel de punho erguido e gritando «PCP» testamunharam vibrantemente o apoio, a solidariedade militante, o carinho das forças democráticas, dos trabalhadores e do povo francês pela jovem democracia portuguesa e o fraternal apoio ao nosso Partido. A Festa do órgão central do PCP «L'Humanité» constituiu uma impressionante manifestação da vitalidade das forças democráticas de todo o mundo, uma jornada grandiosa e activa do internacionalismo proletário que nem o temporal que se abateu sobre Paris no sábado, nem as manobras de sabotagem do governo Giscard-Poniatovsky-Chirac conseguiram impedir.

O stand do «Avante!» foi visitado por milhares e milhares de pessoas de todas as nacionalidades que das mais diversas formas manifestaram o seu apoio à revolução portuguesa. Milhares e milhares de visitantes se inscreveram nas listas de apoio para a reconstrução dos Centros de Trabalho do PCP destruídos pelos bandos reaccionários. As perguntas, as discussões, a procura de materiais informativos ou o simples abraço a acompanhar palavras de apoio e carinho pronunciadas nas mais diversas línguas preencheram as horas de dois dias em que a chuva quase não parou de cair. O stand foi visitado por numerosas delegações que manifestaram o seu apoio ao nosso Partido e à revolução portuguesa. Na tarde de Sábado, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!», presente na festa a convite do «L'Humanité», convidou os representantes do Partido Comunista Chileno e do seu órgão central, «El Siglo», para visitarem o nosso stand onde os camaradas portugueses manifestaram a sua calorosa solidariedade ao povo chileno.

A conspiração imperialista contra Portugal não deixou porém de estar presente na festa do «L'Humanité»: camaradas portugueses que se dirigiam a Paris foram retidos durante horas em Hendai onde a polícia francesa se entregou a provocações do mais puro estilo fascista. Os materiais de divulgação enviados para Paris ficaram retidos até à véspera da Festa, dificultando a montagem do stand, à semelhança aliás do que o governo francês fizera com outros stands cujos materiais ficaram retidos durante semanas na froteira.

Enquanto Spínola conspirava no Sheraton de Paris guardado por centenas de agentes da polícia francesa e quinta-feira passada era entrevistado pela TV oficial, as autoridades manifestavam por todos os meios o seu alinhamento com a reacção internacional. O governo francês é, aliás, dos poucos governos europeus que não diligenciou junto do governo franquista no sentido de ser evitado o assassinato de Garmendia e Otaegui.

Durante a festa, participaram no programa artístico Adriano Correia de Oliveira, que cantou na tarde de Sábado num dos recintos, e o Coro do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel. Dezenas de milhares de vozes acompanharam «Grândola, vila morena», «Avante, camarada». Dezenas de milhares de pessoas de todas as nacionalidades subscreveram a palavra de ordem das forças democráticas de França — «Le Portugal ne sera pas le Chili de l'Europe».

Unidas como os dedos dos punhos que ergueram em La Corneuve, as vozes de milhares e milhares de trabalhadores franceses garantiram aos trabalhadores portugueses o apoio à sua luta, o apoio à luta para que Portugal não se transforme num novo Chile, mas sim em mais um passo para o futuro livre, democrático e socialista de todos os povos do mundo.

## ÁLVARO CUNHAL VISITOU A COMETNA

«O Partido Comunista não dá caução a uma viragem à direita» — afirmou o camarada Álvaro Cunhal aos operários da Cometna

Na sequência de uma série de sessões de esclarecimento promovidas pelo PCP na cintura industrial de Lisboa, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se no passado dia 11 à Cometna, a convite dos trabalhadores.

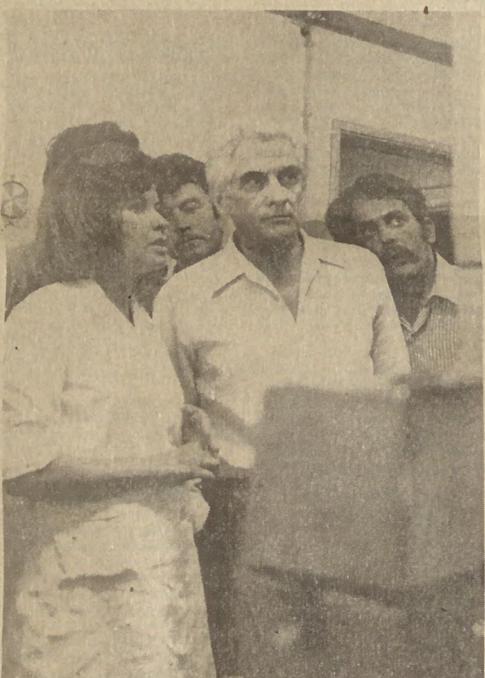
Após uma visita à fábrica, o secretário geral do nosso Partido reuniu-se com os trabalhadores, tendo sido discutida a actual situação política e o papel a desempenhar pelo PCP.

Da intervenção do camarada Álvaro Cunhal destacamos a seguinte passagem, referente à composição do novo governo e da erradicação chamada coligação PS, PPD e PCP:

«Por absurdo que pareça, o PPD ao mesmo tempo que declara publicamente que o Partido Comunista não deve pertencer ao governo, doutras formas parece que diz que sim, que o Partido Comunista deve estar no governo. Há forças de direita que gostariam de dar uma viragem de 180 graus à política portuguesa, formar um governo que pusesse em causa as conquistas da Revolução, mas ter lá o Partido Comunista para dar caução a essa viragem à direita. Ora o Partido Comunista não dá caução a uma viragem à direita. Não dariamos caução a um governo que praticasse uma política que pusesse em causa as conquistas fundamentais da nossa Revolução. Não estamos interessados em participar num tal governo de coligação.»

E mais adiante: «Quero esclarecer aqui que, ao contrário do que têm dito certos órgãos de informação, o Partido Comunista neste momento não aceitou realizar qualquer encontro com o PPD.»

No final da sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal respondeu a questões que lhe foram postas pelos trabalhadores.



Álvaro Cunhal visitou, acompanhado pelos operários, as instalações da Cometna, após o que participou numa sessão de esclarecimento

# OPERÁRIOS E CAMPONESES: ALIANÇA NECESSÁRIA

## Operários e camponeses: duas classes que o fascismo manteve afastadas mas que têm interesses comuns, e cuja aliança constitui uma das garantias fundamentais da vitória da Revolução. Como conseguir essa aliança?

Não é possível vencer a crise agrícola, e portanto reconstruir a economia nacional sem a participação activa dos milhares de camponeses pobres do nosso país. Mas participação implica mobilização e a mobilização só é eficaz com organização. Organizar os camponeses pobres, eis uma premissa indispensável para o avanço do processo revolucionário.

Uma revolução que tenha como objectivo o fim da exploração e o bem estar dos trabalhadores, só alcançará a vitória sobre quantos conspiram se nela participarem não só o proletariado mas ainda o conjunto de camponeses pobres, também eles, semi-proletários na maioria das vezes. Esta lei de todos os processos revolucionários é particularmente aguda entre nós. Somos um país pouco industrializado e com uma taxa relativamente baixa de assalariados; somos um país com mais de 40% de população activa na agricultura. Desta, mais de 800.000 camponeses não têm um palmo de terra e as 2.600 maiores explorações agrícolas (3% do total das explorações) possuem mais terra que as 780.000 menores (97% do total das explorações). Ignorar a massa de pequenos camponeses e

mesmo de alguns médios camponeses não seria apenas limitar geograficamente a participação no processo revolucionário. Mais do que isso, seria contribuir para a derrota da Revolução em todo o país.

A importância da mobilização dos camponeses pobres é-nos dada, aliás, pelas próprias manobras da reacção. Convém recordar que a ofensiva fascista iniciou-se tendo como alvo os Grémios da Lavoura, explorando descontentamentos, por vezes justificados, e arrastando os camponeses pobres para o desencadear da violência. As condições são propícias para que camponeses pobres se deixem manipular pelos seus inimigos de classe, pelos latifundiários e capitalistas que os reduziram a uma situação de difícil sobrevivência. A política de obscurantismo desenvolvida pelo regime fascista deixou marcas profundas na população dos campos. O analfabetismo, o isolamento, o fatalismo são heranças difíceis de ultrapassar no imediato. Mas o certo é que sem debelar estes amargos resíduos do fascismo, não se poderá avançar na organização dos camponeses e, portanto, na sua participação imprescindível no processo revolucionário.

O campesinato é uma camada social muito característica. Semi-proletários e elementos pequeno-burgueses (pequenos e médios camponeses) enfrentam problemas semelhantes ainda que diferentes no grau com que se fazem sentir. Por isso o campesinato é uma camada oscilante, instável. Acrescente-se a fraca tradição de luta, a quase ausência da experiência revolucionária (exceptuando os camponeses pobres do Sul do país) e o elevado nível de analfabetismo. É pois particularmente difícil a tarefa de mobilização e organização do campesinato.

Como uma das condições essenciais para conduzir com êxito este trabalho impõe-se uma intensa acção de esclarecimento junto das massas camponesas. Apesar das dificuldades, hesitações e problemas (um dos maiores, a falta de saneamento que torna inoperantes medidas progressistas) que se reflectem na resolução da Reforma Agrária, algumas medidas decretadas pelo Governo vêm satisfazer larga massa de camponeses. Recordemos as recentes disposições sobre a baixa do preço dos adubos, o aumento do preço do gado, a restituição dos baldios, a abolição dos foros, o saneamento das cooperativas, o crédito agrícola, o escoamento dos vinhos, etc. Porém, a maior parte destas medidas não estão suficientemente divulgadas entre os camponeses, o que só favorece os interesses das forças reaccionárias que podem, simultaneamente, ludibriá-los, continuando a violar os seus direitos e tentar mobilizá-los contra o processo revolucionário sob o argumento de que nada ocorre em favor da solução dos seus problemas.

Nas zonas onde existem Ligas ou Comissões Pró-Liga, o trabalho de divulgação e esclarecimento encontra-se facilitado. E estes organismos que cabe primordialmente a tarefa de informar dos seus associados. Também as Comissões Liquidatárias dos Grémios da Lavoura e organismos oficiais como o S.A.D.A. deveriam promover reuniões de pequenos e médios agricultores.

Mas o esclarecimento não pode limitar-se à divulgação das medidas progressistas já tomadas pelo Governo relativamente aos camponeses. Muitas vezes estas medidas não são aplicadas na prática por falta de saneamento dos organismos intermédios. Por outro lado, persistem graves problemas à espera de solução cujo adiamento põe em causa o

processo revolucionário. Só o proletariado pode, ao lado dos camponeses pobres, derrotar os latifundiários e vencer os problemas que enfrentam. Mas a iniciativa desta aliança tem de caber ao proletariado. Por outro lado, ela deve manifestar-se muito concretamente. Por exemplo, quando os operários da indústria metalúrgica se reúnem com o campesinato e lhe manifestam o desejo de serem as máquinas que produzem ao serviço da agricultura estão a fazer mais pela concretização da aliança da classe operária e do campesinato que centenas de discursos a este respeito. A concretização e o reforço da aliança entre a classe operária e o campesinato tem de ser encabeçada pelo proletariado e os seus resultados têm de revelar-se na prática. Os camponeses acreditam no que vêem. A força do exemplo, o alcançar de objectivos, a resolução de problemas através desta aliança, trarão mais e mais camponeses à luta e à organização. Quando por actos o proletariado demonstra que está com o campesinato na construção de uma sociedade sem miséria, este, também por actos, revela-se o seu mais firme aliado no combate à exploração, pela vitória do processo revolucionário, rumo ao socialismo.

**CAMARADA**

ASSINA E DIVULGA O

**Avante!**

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**exija fabricado em Portugal**

# COM O PCP EM DEFESA DA REVOLUÇÃO

(Continuação da pág. 1)

popular: «A classe operária está com a Reforma Agrária» e «Contra um Governo de direita», tornava-se impossível entrar mais alguém.

Pequeno para conter a multidão avassaladora que para lá convergiu o Campo Pequeno foi, no entanto, o local onde se realizou um inesquecível comício, caracterizado pelo ardor revolucionário e o espírito combativo.

Presidido por um deputado do PCP por Lisboa, o operário Jerónimo de Sousa, que fez a apresentação dos oradores, respectivamente os camaradas Jaime Serra, Carlos Brito e Álvaro Cunhal, e depois de ter informado a assistência da presença de Octávio Pato, Carlos Costa, José Magro, George Ferreira, Domingos Abantes, Pires Jorge, Francisco Miguel, Sofia Ferreira, Carlos Abóim Inglês, Américo Leal, Rogério de Carvalho, Alda Noqueira e Albano Nunes, todos membros do Comité Central, e ainda Maria Cabral e Hipólito Santos, membros da DORL, Jerónimo de Sousa proferiu um breve discurso.

Recordando que o comício se realizava numa data próxima do segundo aniversário da instauração da san-

grenta ditadura de Pinochet no Chile e que também na Espanha fascista cinco revolucionários corem perigo, de serem assassinados entre os quais Garmendia e Otaegui, foi interrompido pela multidão que começou a gritar «O Chile vencerá» logo seguido de «Espanha vencerá», terminando com a praça num só grito: «Portugal vencerá».

## UMA FLORESTA DE PUNHOS

Jerónimo de Sousa, depois de salientar que o povo trabalhador português, que durante quase meio século conheceu a ditadura fascista, tudo fará para que essa situação não se repita jamais, acrescentou:

«Vivemos uma fase da nossa Revolução em que vimos assistindo a uma ofensiva das forças reacçãoárias em vários campos contra as conquistas democráticas do 25 de Abril».

«Os trabalhadores, com a classe operária à frente, estão na disposição de, custe o que custar, não permitir que a reacção leve por diante os seus inten-

tos. E a melhor forma de o conseguir é sem dúvida marchar com o PCP em defesa da Revolução».

A terminar, destacou que o caminho para vencer a actual crise passa «pelo reforço da unidade da classe operária e restantes trabalhadores em empresas e sindicatos, pelo reforço da unidade das forças revolucionárias populares e militares e pelo reforço da aliança Povo-MFA».

Seguidamente, usou da palavra o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, cujo discurso publicamos noutra local, assim como as intervenções dos camaradas Carlos Brito, também da Comissão Política, e Álvaro Cunhal.

Centrando o seu discurso sobre a actividade reacçãoária do CDS e do PPD, o camarada Jaime Serra foi entusiasticamente apoiado pela assistência que de imediato sublinhava as partes mais significativas do discurso, ora valendo aqueles partidos políticos ora gritando palavras de ordem, enquanto uma floresta de punhos se erguia disposta a barrar o caminho à reacção que agora perdeu definitivamente a máscara.

As palavras de ordem surgiam improvisadas no meio da assistência e

logo se estendiam por todo o recinto contagiando igualmente os que cá fora aguentaram até ao final do comício.

E quando Jaime Serra recordou que o PPD já se permite «destilar abertamente o seu reacçãoarismo», contestando a participação do PCP no Governo de imediato a multidão gritou: «O Povo não quer fascistas no poder».

E o orador acrescentou, sempre interrompido pela assistência que não se cansava de vaia a reacção num crescendo que tudo submergia: «Nas futuras manifestações antifascistas escusamos de perguntar: Onde está o PPD que não se vê?».

«Dizemos sim: Agora já se vê com quem está o PPD! Com a reacção, já se vê!».

Falando a seguir, o camarada Carlos Brito analisou os principais objectivos da direita que são dividir, paralisar e controlar as classes trabalhadoras, recordando depois a aliança sinistra PS-MRPP-Reacção como um dos «exemplos mais flagrantes de que a direita e a reacção não recuam ante nada no objectivo de dominarem e submeterem o movimento de massas».

Salientando mais adiante que a manifestação das Comissões de Trabalhadores que hoje se realiza constitui um acontecimento de grande importância, o camarada Carlos Brito focou a necessidade de fortalecer o movimento popular de massas criticando a actuação de certos partidos que apenas têm permitido à direita ocupar terreno que a esquerda podia ocupar.

Encerrou o comício o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, que durante todo o seu discurso foi demoradamente aplaudido pela assistência. A sua intervenção debruçou-se pormenorizadamente sobre a actual situação política, informando a assistência dos problemas que se fazem sentir e qual a forma que o PCP vê para os superar. A dado momento, quando se referiu à figura do general Vasco Gonçalves, os trabalhadores, que não esquecem aquele revolucionário que sempre lutou pelos seus interesses gritaram em conjunto: «Vasco voltar!».

O comício terminou com a assistência entoando o «Avante, camarada!», a «Internacional», e, no fim «A Portuguesa». O Campo Pequeno, então, lentamente, esvaziou-se. Todos os comunistas, todos os amigos do PCP, todos os trabalhadores participaram naquele comício manifestando mais uma vez, como sucede repetidamente nas fábricas, nos campos, nos sindicatos, e mesmo na rua, estarem dispostos a defenderem a sua Revolução. E sabem também que a vitória é difícil mas a eles pertence.



## DISCURSO DE CARLOS BRITO

O imenso edifício do movimento de massas organizado assusta a reacção e a direita. Para derrotar a contra-revolução: fortalecer a unidade de todas as forças revolucionárias; reforçar a unidade da classe operária e dos trabalhadores

«Dividir, paralisar, controlar — tais são os objectivos da direita, da reacção e dos instrumentos provocatórios que utilizam. A aliança sinistra PS-MRPP — Reacção, realizada em torno das listas concorrentes a diversas eleições sindicais, é um dos exemplos mais flagrantes de que a direita e a reacção não recuam ante nada no objectivo de dominarem e submeterem o movimento de massas. As propostas do PS e do PPD segundo as quais as comissões de trabalhadores, de moradores e as assembleias populares só seriam reconhecidas oficialmente se resultassem de eleições realizadas por sufrágio directo, universal e secreto mostram como as forças da direita e da reacção alimentam o projecto de conter a dinâmica revolucionária do movimento de massas no colete de forças do eleitoralismo» — declarou o nosso camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central referindo-se, no seu discurso à acção divisionista que «não é praticada apenas pela direita e pela reacção», mas também por «certos grupos esquerdistas que fazem da luta contra as organizações de esquerda, especialmente contra o PCP, o objectivo fundamental da sua actividade».

Continuando a referir-se ao divisionismo, à actividade divisionista nas estruturas unitárias de massas, o nosso camarada Carlos Brito lembrou a «escandalosa manipulação» pela qual se distinguem esses grupos esquerdistas, que pretendem coligar trabalhadores organizados «ao serviço de estreitos objectivos partidários», tentando à custa deles «ganhar uma projecção que não possuem como partidos». E como exemplos típicos dessa manipulação o nosso camarada citou a chamada «Interempresas» e o pretensão «Congresso da Covilhã».

Depois de frisar que não só é necessário dar combate às práticas divisionistas como «é urgente reforçar o trabalho dos comunistas e de outros revolucionários em todas as estruturas do movimento de massas», vencendo «tendências sectárias», respeitando e fazendo respeitar «o processo democrático e a dinâmica própria dessas estruturas», o nosso camarada Carlos Brito afirmou:

«As comissões de trabalhadores nas empresas, criação da classe operária portuguesa e da sua vanguarda revolucionária — o PCP — nas duras condições do fascismo, têm assumido após o 25 de Abril um papel de grande importância na defesa da unidade da classe operária e dos trabalhadores, na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, na denúncia e no combate à sabotagem económica do patronato, no controlo da produção, na gestão de empresas abandonadas pelos capitalistas, no reerguer de outras que os empresários conduziram à ruína, na luta pelas nacionalizações e na preparação técnica das mesmas. Realizando uma actividade complementar da das estruturas sindicais, não se têm limitado à coordenação da luta dos trabalhadores à escala de uma empresa, têm-se mostrado capazes de coordenar a acção dos trabalhadores ao nível de todo um sector económico e por vezes à escala de uma região. As comissões de trabalhadores são hoje veículos através dos quais a classe operária e demais trabalhadores estão definindo as suas posições ante os grandes problemas da Revolução, ante as grandes opções políticas que se colocam ao povo português. A manifestação convocada para Quinta-Feira, dia 18, por cerca de quarenta Comissões de trabalhadores vem no seguimento, tudo o indica, destas tomadas de posição e consideramo-la por isso um acontecimento de grande importância que não deixará de ter uma profunda repercussão sobre a presente crise político-militar. O PCP saída a iniciativa das quarenta comissões de trabalhadores e exorta os seus militantes, simpatizantes e amigos a participarem maciçamente na manifestação, com inteiro respeito pelo carácter partidário que os organizadores lhe imprimiram».



## DISCURSO DE JAIME SERRA

«O inimigo principal do Povo português, aquele que ameaça as suas conquistas revolucionárias mais importantes não é a social-democracia, mas sim a reacção e o fascismo». A denúncia do PPD como partido reacçãoário. A inclusão do PPD no Governo não serve a revolução, mas sim a reacção!

«Conhecemos muito bem os fascistas de sempre, aqueles que, de tal modo comprometidos e identificados com os crimes do fascismo não podem disfarçar-se atrás de qualquer máscara», disse o nosso camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, acrescentando perante o apoio entusiástico da imensa multidão de trabalhadores:

«Mas conhecemos também aqueles que, vivendo à larga no tempo do regime fascista, beneficiando da corrupção política desse regime no qual ocuparam postos responsáveis no aparelho estatal ou na cena política, se escondem hoje para melhor defenderem os seus privilégios» nos diversos partidos «democráticos» surgidos após o 25 de Abril, quer se chamem «Centro Democrático Social» ou «Partido Popular Democrático» ou quaisquer outros com nomes mais pomposamente esquerdistas. Conhecemo-los e sabemos da sua acção como caçiques locais ou chefando, financiando ou estimulando com os seus discursos anti-comunistas os actos de banditismo fascista.

«Porque os conhecemos e porque desmascarámos a sua acção contra revolucionária é que hoje o PPD já praticamente não usa máscara, permitindo-se destilar abertamente o seu reacçãoarismo, contestando arrogantemente o direito do que chama «pequeno Partido Comunista Português» a participar no futuro governo».

A classe operária, as massas trabalhadoras, todos os revolucionários portugueses sabem doravante onde está e com quem está o PPD!

Nas futuras manifestações antifascistas escusamos de perguntar «onde está o PPD que não se vê?».

Dizemos sim: «Agora já se vê com quem está o PPD»; com a reacção, já se vê!

O PPD, tal como o CDS são partidos reacçãoários. Confirma-se o que o PCP desde há muito tem afirmado: a inclusão do PPD no governo não serve a revolução mas sim a reacção!

Analisando no seu discurso os vários planos em que se desdobra a actividade contra-revolucionária das forças da reacção e do fascismo, «para melhor a compreendermos e desmascarmos», o nosso camarada do Secretariado do Comité Central denunciou as forças reacçãoárias que «utilizando a social-democracia e os seus apoios internacionais» pretendem «recuperar o processo revolucionário para uma primeira fase social-democrática no quadro da democracia burguesa europeia tradicional».

«Com esse objectivo — acrescentou — empolamam artificialmente o anti-comunismo no seio do PS, apoiaram-se no anti-comunismo natural do PPD, e do CDS fazendo com que estes partidos se transformassem na principal base de apoio da feroz campanha anti-comunista a que vimos assistindo nos últimos meses».

Porém, os objectivos da reacção visam mais longe. Visam a completa liquidação das liberdades democráticas e demais conquistas revolucionárias do nosso povo após o 25 de Abril.

Conscientes deste perigo, devemos declarar claramente que, a nosso ver, o inimigo principal do povo português, aquele que ameaça as suas conquistas revolucionárias mais importantes não é a social-democracia, mas sim a reacção e o fascismo.

Consideramos esta definição da mais alta importância para a correcta definição da nossa política de alianças na actual etapa da revolução portuguesa.

## A RODA DA HISTÓRIA NÃO GIRA PARA TRÁS

Depois de lembrar que «a reacção mobiliza todos os recursos e apoios, dentro e fora do país, para, por todos os meios, incluindo acções terroristas, travar o processo revolucionário e recuperá-lo em favor da burguesia monopolista e dos latifundiários atingidos nos seus interesses vitais pela revolução», tentando «fazer girar para trás a roda da história do Povo português», o nosso camarada Jaime Serra, analisando a actividade contra-revolucionária no plano económico-social, afirmou a dado passo:

«Cada vez mais descarada e abertamente, os países capitalistas da Europa, assim como os Estados Unidos, utilizam a chantagem da pressão económica-financeira para tentar fazer recuar a revolução portuguesa. Essa pressão, que se confunde com verdadeira interferência nos assuntos internos do povo português, é particularmente acentuada em países capitalistas europeus onde é forte a influência da social-democracia, nomeadamente na Alemanha Federal, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Países Nórdicos, etc., os quais condicionam os planos de ajuda a Portugal ao que chamam o restabelecimento do pluralismo democrático e ao refreamento da evolução da revolução portuguesa na via socialista».

Denunciando «a reacção nacional e os seus aliados estrangeiros» que tentam «estrangular a economia portuguesa», provocando nomeadamente, a especulação e a alta de preços, visando criar o descontentamento nas massas trabalhadoras «afastando-as do seu papel histórico como motor da revolução», o nosso camarada Jaime Serra, que também se referiu às tentativas para transformar a pequena burguesia e certos sectores da classe média em inimigos da revolução, acrescentou:

«Sobre estas dificuldades, a concretizarem-se, não deixaria de soar, com vista a agravá-las, certa imprensa ao serviço do grande capital

e da reacção, assim como certos grupos verbalistas, pretensamente revolucionários especializados na exploração das dificuldades e no uso e abuso da mais baixa demagogia contra-revolucionária».

No plano militar, depois de referir que «o objectivo da acção reacçãoária consiste em agulhar ao máximo as contradições existentes no seio do MFA», o nosso camarada do Secretariado, apelando para os militares revolucionários no sentido de se darem as mãos, de lutarem «para ultrapassar rapidamente as actuais dificuldades», para «desmascarar a reacção que actua no seu seio», para «exigir o fim dos saneamentos à esquerda» para «reclamar o saneamento dos oficiais reacçãoários», afirmou:

«Explorando preconceitos anti-comunistas, fortemente enraizados entre os militares de carreira em virtude da educação elitista e classista inculcada no tempo do fascismo, a reacção acusa de comunistas todos os militares progressistas tentando identificar sistematicamente o MFA com o Partido Comunista, difundindo para o efeito a teoria das «condições» entre a linha política do PCP e a do MFA sempre que aparecem objectivos comuns das duas forças revolucionárias, defendidas simultaneamente por membros do PCP e militares revolucionários do MFA».

Apoiando-se no anti-comunismo, a reacção pretende deste modo levar à liquidação do MFA como movimento revolucionário das Forças Armadas, diluindo-o no seio das forças conservadoras e nas velhas estruturas da hierarquia militar.

Liquidando o MFA como força revolucionária ao serviço do povo, ficaria liquidada a aliança POVO-MFA, suporte fundamental do actual processo revolucionário».

## SABEMOS A QUEM PEDIR CONTAS

Passando ao plano político, onde «a reacção explora ao máximo todas as contradições que, ao longo de quase ano e meio de revolução, se desenvolveram na sociedade portuguesa», o camarada Jaime Serra voltou a referir-se ao anti-comunismo, «cavalo de batalha» dos inimigos da revolução, dos reacçãoários e de todos os seus lacaios, que «fazem do PCP o alvo preferencial», porque o nosso Partido, «como Partido revolucionário da classe operária, é no processo revolucionário português a força política mais consequente. Abatendo o PPD seria fácil à reacção abater outras forças revolucionárias».

«Para a classe operária, para a juventude, para o proletariado da cidade e do campo, para os camponeses,

para a pequena e média burguesia progressista, o PCP — acrescentou — representa, hoje como ontem, a consciência da revolução. Por isso, a reacção considera o PCP o seu inimigo número um».

Depois de recordar que «nós, os comunistas, não somos revolucionários apenas a partir do 25 de Abril de 1974», e que «muitos milhares de militantes comunistas se forjaram como revolucionários na dura luta travada ao longo dos anos da ditadura fascista», o camarada Jaime Serra salientou: «Sabemos a quem pedir contas pelos crimes fascistas no processo de restabelecimento da autoridade democrática e da justiça revolucionária que o nosso Povo exige seja rapidamente levado a cabo em todo o território».

Secundando num imenso brado de «abaixo a reacção fascista», o nosso camarada terminou o seu discurso com estas palavras:

«As massas trabalhadoras, ao povo português, a todos os revolucionários compete exigir, como condição para o completo restabelecimento da autoridade democrática:

«Que sejam presos, julgados e punidos revolucionariamente todos os autores e instigadores directos de actos de banditismo fascista!».

«Que sejam aplicadas as leis revolucionárias já promulgadas a todos os responsáveis pelos crimes do tempo do regime fascista!».

«A aplicação pronta da lei revolucionária aos Pides e seus colaboradores!».

«Legalidade revolucionária, já!».

## Trabalhadores do Comércio: PROVOCADORES LANÇAM A CONFUSÃO

No decorrer do grande comício que o nosso Partido realizou anteontem no Campo Pequeno um grupelho provocatório distribuiu propaganda da lista «A» do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, tentando lançar a confusão entre os trabalhadores presentes.

O PCP desmascara esta atitude provocatória uma vez que a referida lista «A» não é, nem podia ser, apoiada pelo partido da classe operária.

As eleições para este Sindicato que se realizam no próximo sábado concorre a lista «B», lista de unidade dos trabalhadores do comércio, cujo lema é «Por um grande e unido Sindicato».

## TRANSFORMAR A ENERGIA COMBATIVA EM FORÇA ORGANIZADA

«A ofensiva da direita e a escalada da reacção fascista desenvolvidas coincidentemente com o objectivo imediato de sustar o processo revolucionário e fazê-lo retroceder, liquidando as principais conquistas da Revolução, têm encontrado na classe operária e nas massas trabalhadoras o mais firme e decidido obstáculo».

A maciça participação popular nas manifestações e concentrações de rua, nas mobilizações promovidas pelo nosso Partido e por outros partidos e organizações revolucionárias e até em múltiplas e extensas operações de vigilância e de defesa da Revolução têm constituído, lado a lado com a acção dos militares fiéis ao processo revolucionário, o principal factor de desencorajamento dos conspiradores reacçãoários e dos manobreadores da direita.

Grandes perigos ameaçam a revolução — frisou o nosso camarada Carlos Brito — mas uma grande energia combativa sustenta-a, também: a energia combativa das massas trabalhadoras da região de Lisboa, da margem sul do Tejo, do Alentejo, do Porto e de outras zonas de concentração proletária.

Transformar mais e mais esta energia combativa em força organizada; reforçar a unidade da classe operária e dos trabalhadores; fortalecer a unidade de todas as forças revolucionárias e a cooperação entre os partidos e as organizações de esquerda; progredir na aliança do proletariado com as outras classes e camadas interessadas na revolução — tais são algumas das decisivas tarefas que urge realizar para desenvolver o movimento de massas, condição fundamental para a consolidação e defesa das conquistas da Revolução e ulterior avanço do processo revolucionário».

Referindo-se seguidamente ao mo-

## MANIFESTAÇÃO DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES: ACONTECIMENTO DE GRANDE IMPORTÂNCIA

Depois de frisar que não só é necessário dar combate às práticas divisionistas como «é urgente reforçar o trabalho dos comunistas e de outros revolucionários em todas as estruturas do movimento de massas», vencendo «tendências sectárias», respeitando e fazendo respeitar «o processo democrático e a dinâmica própria dessas estruturas», o nosso camarada Carlos Brito afirmou:

«As comissões de trabalhadores nas empresas, criação da classe operária portuguesa e da sua vanguarda revolucionária — o PCP — nas duras condições do fascismo, têm assumido após o 25 de Abril um papel de grande importância na defesa da unidade da classe operária e dos trabalhadores, na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, na denúncia e no combate à sabotagem económica do patronato, no controlo da produção, na gestão de empresas abandonadas pelos capitalistas, no reerguer de outras que os empresários conduziram à ruína, na luta pelas nacionalizações e na preparação técnica das mesmas. Realizando uma actividade complementar da das estruturas sindicais, não se têm limitado à coordenação da luta dos trabalhadores à escala de uma empresa, têm-se mostrado capazes de coordenar a acção dos trabalhadores ao nível de todo um sector económico e por vezes à escala de uma região. As comissões de trabalhadores são hoje veículos através dos quais a classe operária e demais trabalhadores estão definindo as suas posições ante os grandes problemas da Revolução, ante as grandes opções políticas que se colocam ao povo português. A manifestação convocada para Quinta-Feira, dia 18, por cerca de quarenta Comissões de trabalhadores vem no seguimento, tudo o indica, destas tomadas de posição e consideramo-la por isso um acontecimento de grande importância que não deixará de ter uma profunda repercussão sobre a presente crise político-militar. O PCP saída a iniciativa das quarenta comissões de trabalhadores e exorta os seus militantes, simpatizantes e amigos a participarem maciçamente na manifestação, com inteiro respeito pelo carácter partidário que os organizadores lhe imprimiram».

«A ofensiva da direita e a escalada da reacção fascista desenvolvidas coincidentemente com o objectivo imediato de sustar o processo revolucionário e fazê-lo retroceder, liquidando as principais conquistas da Revolução, têm encontrado na classe operária e nas massas trabalhadoras o mais firme e decidido obstáculo».

A maciça participação popular nas manifestações e concentrações de rua, nas mobilizações promovidas pelo nosso Partido e por outros partidos e organizações revolucionárias e até em múltiplas e extensas operações de vigilância e de defesa da Revolução têm constituído, lado a lado com a acção dos militares fiéis ao processo revolucionário, o principal factor de desencorajamento dos conspiradores reacçãoários e dos manobreadores da direita.

Grandes perigos ameaçam a revolução — frisou o nosso camarada Carlos Brito — mas uma grande energia combativa sustenta-a, também: a energia combativa das massas trabalhadoras da região de Lisboa, da margem sul do Tejo, do Alentejo, do Porto e de outras zonas de concentração proletária.

Transformar mais e mais esta energia combativa em força organizada; reforçar a unidade da classe operária e dos trabalhadores; fortalecer a unidade de todas as forças revolucionárias e a cooperação entre os partidos e as organizações de esquerda; progredir na aliança do proletariado com as outras classes e camadas interessadas na revolução — tais são algumas das decisivas tarefas que urge realizar para desenvolver o movimento de massas, condição fundamental para a consolidação e defesa das conquistas da Revolução e ulterior avanço do processo revolucionário».

Referindo-se seguidamente ao mo-



## FORTALECER O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

Focando a cooperação entre partidos e organizações de esquerda, «aspecto particular de unidade das forças revolucionárias», o camarada Carlos

# «A DEMOCRACIA E O SOCIALISMO CONSTROEM-SE COM OS COMUNISTAS»

## No grandioso comício de anteontem à noite no Campo Pequeno, o camarada Álvaro Cunhal, falando cerca de uma hora, constantemente interrompido pelos entusiásticos aplausos dos milhares de militantes e amigos do nosso Partido que enchiam por completo o recinto, referiu-se pormenorizadamente à posição do nosso Partido na actual situação política e apontou as tarefas fundamentais das forças revolucionárias na luta pela democracia e pelo socialismo. Transcrevemos a seguir o seu discurso.

*Camaradas:*

Quando tempos atrás foi desencadeada contra o nosso Partido a grande ofensiva das forças reaccionárias, conservadoras e oportunistas da direita e de esquerda conjugadas (campanha anti-comunista, atentados, assaltos, agressões) os nossos inimigos cá dentro e no estrangeiro gritaram que o Partido não poderia resistir. E eis que o nosso Partido, na acção política e na luta de massas continua mostrando toda a sua força e influência numa destacada posição na vida política nacional.

As forças reaccionárias e conservadoras, apoiadas por certos agrupamentos pseudo-revolucionários, desenvolveram uma planeada e concertada actividade, para conduzir o nosso Partido ao isolamento político. E eis que o Partido continua tendo largas alianças e sendo uma força-chave no quadro político português.

É com o PCP e não contra o PCP que se podem resolver os graves problemas do novo Portugal democrático. É com o PCP e não contra o PCP que se pode sair da crise que defrontamos.

### A CRISE

Não é agora ocasião de fazer a história da crise que atravessamos. A crise profunda do processo revolucionário adquiriu uma extrema gravidade quando as contradições e divergências no MFA atingiram e paralisaram os seus organismos dirigentes e se formaram blocos opostos que entraram num conflito frontal, de posições e concepções, susceptível de gerar um confronto violento.

Com o Governo sem suficiente apoio político e militar, a situação deteriorou-se rapidamente.

O maior perigo surgiu quando os acontecimentos conduziram a uma aliança de facto entre um dos principais sectores do MFA e a direita reaccionária nas Forças Armadas, ao mesmo tempo que se verificou também a aliança objectivamente considerada do PS e do PPD com as forças de extrema direita. Chamada a apoiar um sector do MFA, a direita reaccionária das Forças Armadas avançou, ganhou posições e, utilizando processos democratistas, passou a substituir em larga medida, a competência de decisões até então reservada ao movimento revolucionário das Forças Armadas.

A agudização das divergências fez surgir o perigo de uma fractura e de um confronto no seio do próprio MFA, que, na conjuntura existente, poderia significar um avanço imediato da contra-revolução fascista e a instauração de uma nova ditadura.

No entender do PCP, essa fractura nesse momento poderia ser fatal para a revolução. Era necessário um sério esforço para impedir-lhe e esse esforço significava negociação e reaproximação entre forças e sectores que desde o 25 de Abril tinham estado com o processo revolucionário, com vistas a voltá-las em conjunto contra o inimigo principal: a ameaça da contra-revolução fascista.

O desenvolvimento da crise levou a um recuo das forças da esquerda, ao fim do V Governo Provisório e ao afastamento das suas responsabilidades dessa grande e inesquecível figura de revolucionário que é o general Vasco Gonçalves.

A recomposição dos órgãos superiores do poder político (Governo e MFA) entrou numa nova fase que se continua presente.

O MFA é insubstituível na Revolução Portuguesa. O desaparecimento do MF, como vanguarda revolucionária e anteparo armado da revolução, faria correr imediato risco a todo o processo revolucionário. A consumar-se, uma tal situação exigiria a reconsideração de todo o problema da força militar da revolução, em termos completamente diferentes daqueles que têm caracterizado a Revolução Portuguesa.

O MFA, embora sofrendo, ao nível dos seus órgãos superiores, baixas de valiosos revolucionários, embora perdendo posições na pesada massa das Forças Armadas, aguentou o golpe, recompôs-se das feridas, reestruturou os seus organismos superiores e continua sendo, através dos seus militantes revolucionários, mesmo os mais modestos e apagados, uma força viva, actuante, dinâmica e dinamizadora da Revolução Portuguesa.

O MFA vive uma fase difícil, mas confiamos que sairá dela reforçado.

É no mesmo quadro de recomposição e reestruturação do poder político que surge a designação do almirante Pinheiro de Azevedo para formar o VI Governo Provisório.

É a esta situação que passo imediatamente a referir-me.

### APOIO

### A PINHEIRO DE AZEVEDO

Impossibilitado de prosseguir o V Governo, o PCP acolheu favoravelmente a designação do almirante Pinheiro de Azevedo para formar o novo Governo.

Na nossa opinião a solução deveria procurar-se num Governo que compreendesse as principais correntes existentes no MFA, partidos da esquerda e do PS. Não deveria compreender qualquer outro agrupamento mais à direita.

Diferentemente a ideia do indigitado Primeiro-Ministro era a formação de um Governo com membros do PS, do PCP e do PPD. Recusámos sugestões para promovermos um encontro bilateral com o PS, mas aceitámos ser recebidos pelo Presidente da República e com o indigitado Primeiro-Ministro simultaneamente com a delegação do PS.

O PS, pôs como condição absoluta da sua participação, a participação do PPD, com cujo programa se identifica em muitos pontos.

Pela nossa parte, manifestámos desde início completa discordância com a entrada no Governo de membros do PPD e recusamo-nos categoricamente a ter qualquer encontro com este Partido.

Neste preciso momento em que se adensa a conspiração e a ameaça contra-revolucionária terrorista de Spínola, que apoio e cooperação se pode esperar à acção do PPD no Governo para cortar o passo à contra-revolução?

Poderemos nós esquecer que o seu secretário-geral Sá Carneiro esteve metido em cheio na preparação e execução do golpe Palma Carlos, em Julho de 1974, de que resultaria, já então, a liquidação das liberdades e a instauração de uma nova ditadura por Spínola? Poderemos nós esquecer que quando, discursando em 10 de Setembro de 1974, Spínola define a plataforma da contra-revolução e lança a operação da «maioria silenciosa», logo o PPD vem apoiá-lo?

Como podem membros do PPD estar no Governo se ainda recentemente no seu comício os oradores exigiram a dissolução do MFA e do Conselho da Revolução, e o que chamavam a libertação das Forças Armadas do neo-colonialismo do MFA?

Como podem estar num Governo que declara dependência as conquistas da revolução, homens do PPD, quando o PPD, pela boca de Sá Carneiro, contesta as liberdades em que vivemos, a descolonização, as nacionalizações e a reforma agrária?

Que vai fazer no Governo, gente de um partido que ameaça armar milícias com 50 000 homens, declarando assim os seus propósitos de subversão e guerra civil?

Como podem estar num Governo cuja definição política se baseia no Pacto Constitucional e no qual está representado o MFA homens do PPD quando o PPD, pela boca de Sá Carneiro, recusa o Pacto Constitucional que entretanto o PPD assinou, os documentos fundamentais e as estruturas do MFA?

Temos pois boas razões para a posição que assumimos. Quanto ao PS, são conhecidas as suas posições e atitudes, mas a massa dos seus militantes e a sua base de apoio são diversas. Na situação actual, tornava-se difícil não considerar a sua presença na formação de um novo governo.

A questão que se nos colocou foi a de participar ou não, directa ou indirectamente, na formação do VI Governo Provisório.

Examinámos atentamente a questão e decidimos apoiar os esforços do almirante Pinheiro de Azevedo para a formação do VI Governo Provisório. Decidimos fazê-lo porque a alternativa para um tal Governo não era um Governo revolucionário, nem um Governo com uma composição semelhante à do V Governo Provisório.

A alternativa seria a formação a curto prazo de um governo mais à direita apoiado em forças conservadoras e reaccionárias. E a formação de um governo de direita poderia levar à instauração a curto prazo de uma nova ditadura.

Consideramos que a nossa posição foi justa, pois não é com palavras mais ou menos exaltadas que se faz avançar o processo revolucionário, mas com uma política concreta que numa situação concreta reforça as forças e as posições revolucionárias.

Há que sublinhar que desde logo rejeitamos um governo de coligação, isto é, um governo com representantes de Partidos que cooperam como tal na acção governativa. Admitimos porém que, se a plataforma para o VI Governo fosse aceitável, poderíamos autorizar que membros do Partido, embora sem o representarem, oficialmente, pudessem fazer parte do Governo como Ministros ou como Secretários de Estado.

Se se concretizar esta hipótese, o que ainda não é certo porque surgiram novas dificuldades, os membros do Partido no Governo, combaterão firmemente eventuais posições e propostas de direita, defenderão firmemente medidas favoráveis aos trabalhadores e ao processo revolucionário, travarão ao nível dos órgãos do Poder precisamente a mesma batalha política e revolucionária que outros militantes travam nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, nas ruas, nos sindicatos e organizações de massas. Onde quer que se encontrem, os comunistas lutam sempre com a mesma orientação e os mesmos objectivos.

A eventual participação de comunistas no Governo em nada diminui nem limita a acção política revolucionária do Partido. Como muitas vezes temos afirmado, a política do PCP é a mesma no Governo e na rua. Sempre foi assim desde o 25 de Abril, em condições não menos complexas que as actuais, e cremos que muitos dos avanços da revolução não são estranhos à orientação e à actividade do Partido Comunista Português.

Se um Governo se formar na base desse programa, a questão é exigir que este seja aplicado e em muitos casos aplicá-lo directamente pela acção criadora das massas populares. Pode perguntar-se por que razão, sendo aceitável o programa ele foi suscitado pelo PS e até pelo PPD. Por um lado, estes partidos propuseram ao indigitado Primeiro-Ministro numerosas alterações e emendas do projecto muitas das quais não foram aceites.

Por outro lado, para alguns, como a experiência mostra, aprovar ou assinar um papel não é cumprir o que nele se diz.

### O PROGRAMA POLÍTICO DO VI GOVERNO PROVISÓRIO

Como base política para a formação do VI Governo Provisório, o almirante Pinheiro de Azevedo apresentou um projecto de programa que foi discutido, deu lugar a discussões, sofreu emendas e teve finalmente a forma tornada pública pelo indigitado Primeiro-Ministro. A plataforma não é evidentemente o programa de um Partido. Mas é aceitável no essencial.

O combate às actividades contra-revolucionárias, a defesa da ordem democrática, medidas para assegurar no imediato o exercício das liberdades em todo o território, a consolidação das conquistas da revolução designadamente das nacionalizações e da reforma agrária, são pontos básicos da plataforma, que devem obrigatoriamente orientar a acção do VI Governo Provisório.

A questão não é porém, tanto a plataforma, como a vontade ou falta de vontade de exercitá-la.

Difícilmente se pode acreditar que por exemplo vão para o Governo defender as nacionalizações e a reforma agrária àqueles que cá fora as combatem.

Desde o 25 de Abril, os comunistas participaram em todos os sucessivos Governos provisórios.

Ao lado dos elementos mais progressistas, designadamente militares, os ministros comunistas defenderam firmemente em todos os Governos provisórios os interesses dos trabalhadores e os objectivos da revolução.

O Povo Português pode estar absolutamente seguro de que, se houver comunistas membros do Governo, estarão aí para defender a revolução.

É porque o sabem, é porque sabem tão bem como o nosso povo que a participação de comunistas no Governo é uma posição avançada da classe trabalhadora e das forças progressistas, é uma importante garantia da defesa de uma política que sirva os interesses da revolução, que os reaccionários e conservadores (apoiados pelo imperialismo estrangeiro) fazem todos os possíveis para reduzir a participação comunista, ou para provocar o seu afastamento.

Agora, por exemplo, nas negociações para a formação do Governo parece haver quem à última da hora, procure impedir a formação de um governo em que participem comunistas. Que pretendem com isso? Procuram conduzir a um impasse? Provocar o fracasso da tentativa do almirante Pinheiro de Azevedo de criar condições para a formação de um governo abertamente da direita, sem os comunistas, talvez com PS, talvez com PPD e assente nos sectores conservadores e reaccionários das Forças Armadas?

Não haja qualquer dúvida de que, se tal tentativa fosse coroada de sucesso, seriam postas em causa conquistas fundamentais da revolução e o Governo se lançaria numa escalada de medidas repressivas contra as forças revolucionárias e as massas populares. A formação de um tal governo constituiria um golpe sério na revolução e um perigo real da instauração de uma ditadura a curto prazo.

Por isso nós fazemos e faremos tudo quanto é possível para evitar tal impasse e tal desfecho.

Mas se a situação criada por sectores reaccionários ou exigências inaceitáveis impedirem o almirante de levar a cabo a sua missão, se, como resultado, for formado um governo de direita, não se devem também iludir as forças reaccionárias e conservadoras.

Fariam pairar o perigo de uma nova ditadura. Poderiam criar forças amargas para o povo. Mas estamos plenamente certos de que encontraríamos na frente a resistência tenaz e heroica da classe operária e das massas populares ao lado da sua vanguarda revolucionária, encontraríamos a acção das forças revolucionárias (populares e militares) firmemente decididas a defender as liberdades e as conquistas históricas alcançadas desde o 25 de Abril.

Neste momento, o insucesso de Pinheiro de Azevedo e a formação de um governo abertamente da direita seriam perigosos para a revolução. Por isso fazemos tudo para evitá-lo. Mas, se não conseguirmos evitá-lo, iremos ao combate e estamos confiantes de que a vitória será também do nosso povo, das forças da Democracia, da independência nacional e do socialismo.

### GRANDES OBJECTIVOS DO MOMENTO

O perigo da contra-revolução, agravado pelo prolongamento da crise profunda que, se tem atravessado e ainda não foi ultrapassada, coloca ao nível do Governo, do MFA e do Movimento Popular, tarefas inadiáveis.

É necessário em primeiro lugar *suster, desorganizar, desarticular e reprimir as actividades contra-revolucionárias*, onde quer que se manifestem.

Os actos de violência e vandalismo, os incêndios, os assaltos a centros do trabalho dos organismos progressistas, as agressões, os atentados, devem ser imediatamente castigados.

As actividades do ELP e do MLDP devem ser descobertas e punidas sem contemplações.

É estranho que, no momento em que se intensifica a preparação contra-revolucionária, em que papéis clandestinos do ELP e do MLDP fazem apelo ao assassinato e ensinam como assassinar e quem assassinar, em que a reacção fascista levanta cabeça por toda a parte, é estranho que alguns partidos venham luzir, não a prisão dos responsáveis pelos actos de banditismo político, dos salteadores, dos bandos fascistas armados, mas a libertação de conspiradores e saboteadores reaccionários presos após o 25 de Abril. Com tais medidas não se defenderão as liberdades e a revolução, mas a contra-revolução fascista.

Tem de impedir-se tal liberalismo e exigir o efectivo castigo dos contra-revolucionários.

As forças encarregadas da segurança e da ordem pública têm-se mostrado mal adaptadas para as suas funções. É tempo que acordem as instâncias superiores do Estado. Sem segurança e sem O MFA e as FA têm um papel decisivo a desempenhar a este



respeito. Mas as massas trabalhadoras não podem assistir passivamente ao crescimento da onda reaccionária. A par das medidas oficiais, as próprias massas podem e devem contribuir directamente para defender a ordem democrática e assegurar o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

É necessário, em segundo lugar, *assegurar rapidamente o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional*.

Este objectivo é de maior importância porque temos de reconhecer com amargura que ano e meio passado sobre o 25 de Abril, há vastas zonas do País aonde não existem de facto liberdades democráticas.

É estranho que no momento em que grassa a violência fascista e são de facto liquidadas as liberdades em vastas zonas do País, no momento em que nos Açores e Madeira são proibidas as actividades do PCP e deportados para o Continente alguns dos seus membros; no momento em que bandos fascistas assolam numerosas localidades, pilhando e incendiando, e se instala um poder reaccionário local que engana, desinforma, intoxica, manipula e coage as populações — é estranho que num tal momento, o PPD e também de certa forma o PS insistam em eleições para as autarquias e comecem já a querer marcar data para as eleições gerais.

O PCP desde já adverte que não reconhecerá pseudo-eleições que se realizem em tais condições, que tornariam as eleições uma fantochada digna de ditadura fascista derrubada no 25 de Abril, mas indigna do Portugal democrático de hoje.

Já as eleições para a Assembleia Constituinte se realizaram em vastas regiões sem que existissem as liberdades necessárias. O PCP advertiu da situação, que desmascarou a seu tempo. Volta agora a advertir, com redobrada razão, que está decidido contra a realização de eleições desde que não estejam asseguradas as liberdades democráticas.

Os eleitoralistas, se querem eleições, devem antes contribuir para criar condições para elas e não ataquem a perseguição política e soprarem incêndios a centros de trabalho de partidos, talvez com a esperança de virem a colher mais uns votos na terra por eles queimada.

Antes de falar em eleições é necessário falar na instauração de facto das liberdades que constituem uma das vitórias históricas do 25 de Abril mas que ainda são desconhecidas da grande parte da população portuguesa.

É necessário, em terceiro lugar, *a par do reforço e dos órgãos do poder político, designadamente o Governo e o MFA, reforçar todo o aparelho do Estado democrático*.

Animados pelo prolongamento da crise-político-militar, os reaccionários que foram liberalmente deixados em lugares de responsabilidade no aparelho do Estado, começaram a mostrar os dentes e passaram em alguns casos a conspirar quase à luz do dia.

Enquanto não se limpar a máquina do Estado (designadamente as forças militares) dos elementos reaccionários que conspiram intencionalmente, sabotam, preparam um golpe — as liberdades e a revolução não estão convenientemente defendidas.

Já basta de saneamentos à esquerda em que só a contra-revolução pode estar interessada! A vontade revolucionária deve impor decididamente saneamentos à direita, pondo fim a ninhos de conspiradores reaccionários que se multiplicam na máquina do Estado, designadamente nas Forças Armadas.

É necessário, em quarto lugar, *a par da luta contra a reacção em defesa das liberdades, lutar firmemente em defesa das conquistas fundamentais da revolução*.

Os trabalhadores, as forças progressistas, não consentirão que, a pretexto da necessidade de concentrar esforços na defesa das liberdades contra a ameaça fascista (sem aliás se ver claramente essa concentração de esforços), se ponham em causa as grandes transformações económicas e sociais de carácter revolucionário já realizadas e em curso.

Dizem que num dos últimos dias, o Jorge de Melo teria telefonado para Portugal anunciando que nomearia novos administradores para uma empresa do grupo CUF, cujo decreto de nacionalização fora aprovado mas não ainda promulgado.

Pode ser que alguns partidos queiram restituir ao grande capital empresas nacionalizadas e aos grandes agrários latifundiários expropriados. Pode ser que os Champalimaud, Melos, Espírito Santo e C.ª tenham já projectos e advogados para o efeito.

Se tais ideias existem, há desde já que dizer claramente que tais projectos não passarão.

As empresas nacionalizadas, nacionalizadas estão. As terras expropriadas, expropriadas estão. Os trabalhadores não consentirão que umas e outras voltem para as mãos das classes parasitárias.

Não é só no domínio económico que as conquistas da revolução são sendo defendidas. São-lho nos mais diversos domínios. São-lho por exemplo no domínio dos órgãos de informação. Não pense certos partidos que agitando o espantinho do «controlo dos órgãos de informação pelo PCP», os trabalhadores se assustam e submetem ao controlo dirigente e hegemónico que esses partidos pretendem, ou que neste ou naquele jornal se vergam à intimidação de manifestações e assaltos de curiosas frentes que, passando pelo PS, vão do CDS ao MRPP.

A Revolução Portuguesa é já suficientemente profunda para que possa ser reabsorvida no estreito quadro da social-democracia.

### PERSPECTIVA DO SOCIALISMO

Ante a ofensiva das forças reaccionárias há quem diga que a defesa da Democracia contra a ameaça fascista exige que se desista da perspectiva revolucionária e socialista e que nos contentermos com a perspectiva de uma democracia burguesa em que a classe operária teria as liberdades mais ou menos condicionadas como existem na Europa Ocidental, e em que os grupos monopolistas e os latifundiários, recuperadas as posições que perderam desde o 25 de Abril, voltariam a ser os senhores da economia portuguesa e continuariam a explorar o povo como antes.

Nós estamos firmemente dispostos a fazer frente à ameaça da contra-revolução e a unirmos os nossos esforços a todos os que queiram lutar ao lado dos comunistas contra o perigo fascista e em defesa das liberdades.

Mas, nas condições da nossa revolução, lutar contra a ameaça fascista não significa abandonar a perspectiva do socialismo, mas pelo contrário, lutar firmemente com essa perspectiva.

O projecto da social-democracia, seguindo o modelo europeu, não tem qualquer viabilidade em Portugal.

Como muitas vezes temos repetido, em Portugal não é possível conciliar a existência das liberdades com o domínio económico dos monopólios e latifundiários. Dado o baixo nível industrial e o

atraso agrícola, o desenvolvimento económico de Portugal, a acumulação capitalista, a capacidade de competição no mercado internacional exigiriam um tal grau de exploração dos trabalhadores que só um aparelho repressivo poderia impo-lo.

Se voltasse o poder dos monopólios, se voltasse o domínio dos latifundiários, com eles viria a liquidação das liberdades, a repressão, a instauração de uma nova ditadura.

Dito de outra forma: para que voltasse o poder económico dos monopólios, para que as grandes empresas nacionalizadas voltassem aos grandes senhores da banca e da Indústria, para que os agrários reconquistassem as terras expropriadas pela reforma agrária, e que os camponeses regam com o seu suor e com o seu sangue — seria necessário que antes instaurassem uma nova ditadura, porque os trabalhadores portugueses estão firmemente decididos a lutar em defesa das conquistas da revolução e não cederão facilmente essas conquistas, para que os sociais-democratas por-



tugues consigam ganhar a confiança do grande capital português, das multi-nacionais e dos social-democratas estrangeiros.

Em Portugal, defender as liberdades e a democracia significa liquidar definitivamente os monopólios e os latifúndios, significa prosseguir as grandes transformações económicas e sociais rumo ao socialismo.

Pode haver pausas, pode haver ajustamentos. Pode mesmo haver recuos. Mas na linha essencial da Revolução Portuguesa rumo ao socialismo está a classe operária, estão as massas trabalhadoras, está o PCP, decididamente dispostos a defendê-la.

Se é certo que se luta pelo socialismo lutando em defesa das liberdades, não é menos certo que se defendem as liberdades insistindo corajosamente na luta pelo socialismo.

As forças revolucionárias portuguesas (populares e militares) são poderosas. Todos os dias elas se revelam na luta contra a reacção, na luta em defesa dos interesses vitais das classes trabalhadoras, na luta em defesa da revolução.

As forças revolucionárias portuguesas têm as condições essenciais para defenderem as liberdades e para prosseguir o caminho encaetado que conduz a uma sociedade democrática e socialista.

Não abdicamos nem abdicaremos deste objectivo e não pouparemos esforços e estamos prontos a dar a vida se necessário for para alcançá-lo.

### AS FORÇAS DA REVOLUÇÃO

No seu desenvolvimento irregular, contraditório, com avanços e recuos, vencendo dificuldades e perigos como tem sucedido desde o 25 de Abril, a Revolução Portuguesa prossegue na direcção fundamental que lhe foi imprimida pelo próprio processo revolucionário.

Que ninguém julgue que se pode domesticar o caudal de força revolucionária através de leis e de decretos.

A revolução decide-se, é certo, também ao nível dos órgãos do poder. Decide-se na acção governativa. Mas decide-se fundamentalmente pela correlação nas forças (tanto populares como militares). Decide-se pela acção e pela luta da classe operária e das massas populares, em união fraterna, que não deixaremos quebrar, com os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários, com o MFA, movimento progressista e vanguarda das Forças Armadas.

A vida e a acção do MFA não é questão que apenas respeite aos militares. A sorte da Revolução Portuguesa está de tal forma ligada à do MFA, que o Povo Português tem o direito não só de esperar como de exigir que o MFA supere completamente as actuais dificuldades e ressurgir unificado com a capacidade e a determinação que estão na base de muitos dos grandes êxitos da Revolução Portuguesa.

O movimento popular revolucionário tem cada vez mais elevado papel a desempenhar. A unidade de acção de todos aqueles que querem impedir o regresso do fascismo e defender as liberdades e as outras grandes conquistas da revolução, é um factor essencial da vitória.

Ao nível das empresas, das herdades, de todos os locais de trabalho, dos sindicatos e de outras organizações de massas, um grande esforço deve ser feito para vencer o sectarismo, a estreiteza de grupo, a dificuldade de ouvir, de confrontar ideias, de encontrar soluções comuns aceitáveis por todos.

Estamos empenhados em apoiar e reforçar as organizações de classe dos trabalhadores, em contribuir para a força grandiosa do movimento sindical, das Ligas dos pequenos e médios agricultores e de outras organizações de massas.

Estamos sinceramente interessados em reforçar os laços e as formas de unidade de acção com partidos e agrupamentos de esquerda voltados para a acção revolucionária.

Desejamos manter com eles uma cooperação leal e fraterna que exclua pretensões a que o PCP se submeta a uma qualquer disciplina imposta por tal ou tal grupo, e deve excluir também o uso e abuso de insultuosas acusações quando o PCP toma, como tem pleno direito, uma iniciativa com que outros não concordam.

Estamos sinceramente interessados em promover, fortalecer e apoiar os organismos unitários de base, como comissões de trabalhadores, comissões de moradores, comissões de vigilância e assembleias populares — formas riquíssimas de organização de massas, cujo papel no processo revolucionário aumenta dia a dia, como expressão da unidade da classe trabalhadora e das massas populares, como forma de intervenção revolucionária das massas nas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que se estão dando na sociedade portuguesa.

O nosso glorioso Partido está passando com êxito mais uma tempestade de ódio, de chamas, de atentados, de agressões, de crimes desencadeada pela contra-revolução.

Dezenas de centros de trabalho do Partido, fruto do sacrifício e do amor dos militantes foram saqueados e incendiados pela fúria de bandoleiros contra-revolucionários. Os comunistas, educados na firmeza e combatividade pelo seu Partido, deram grandes exemplos resistindo aos assaltos, correndo em socorro dos seus camaradas, prosseguindo actividades revolucionárias nas mais difíceis condições, chamando as massas à luta, organizando a resposta política em grandiosos comícios e manifestações.

Sofremos ataques e perdas no Norte, nos Açores, na Madeira. Curaremos as feridas, reconstruiremos os centros de trabalho, sairemos da prova mais temperados e mais fortes e estamos certos de que os trabalhadores dessas regiões, saberão finalmente reconhecer nos comunistas os seus mais dedicados defensores, porque, como nenhuns outros, são capazes de sofrer e de morrer pela libertação das classes trabalhadoras.

Aqui está hoje de novo o PCP a afirmar a sua vitalidade revolucionária, o seu ardor militante, a sua capacidade de responder às mais complexas situações.

Aqui, com o seu Partido, estão as nossas valentes organizações das juventudes comunistas — UJC e UEC — e as mulheres comunistas, que daqui saúdo em nome do Partido.

Os acontecimentos continuam a mostrar que a defesa da Liberdade e a construção do novo Portugal Democrático, não são possíveis sem a intervenção do PCP a todos os níveis de responsabilidade, incluindo no próprio Governo.

A democracia e o socialismo constroem-se com os comunistas e não contra eles.

Viva a unidade do povo trabalhador!  
Viva a unidade das forças revolucionárias!

Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva Portugal democrático, a caminho do socialismo!  
Viva o Partido Comunista Português!



# informação

## As pressões internacionais

A pressão internacional, como arma para inflectir o curso da revolução portuguesa, mantém-se como uma constante. Em reuniões recentemente realizadas pelo secretário geral da NATO, Joseph Luns, com o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e o presidente Ford dos EUA, voltou a ser discutida «a deterioração do flanco sul da Aliança», o que significava, traduzido da linguagem dos pontos estratégicos, para a dos países e dos povos, a preocupação pelas posições da Turquia em relação à NATO, e, em particular o temor de avanços decisivos na revolução portuguesa, que conduzam a uma situação irreversível rumo ao socialismo. Luns manifestou mesmo, mais uma vez, a sua preocupação pelas radicais alterações políticas ocorridas em Portugal, na sequência do derrubamento da ditadura fascista.

Por seu lado, o embaixador dos EUA na Itália considera a subida ao poder de um «regime comunista» no nosso país, como uma ameaça ao desajustamento, por quebrar a «estabilidade e o equilíbrio» sobre que assenta o processo internacional.

A prolongada crise política que temos vindo a viver em Portugal, em que a reacção nacional e internacional se deu mãos para liquidar, por um prazo tão longo quanto possível, as esperanças nascidas com o 25 de Abril, e sucessivamente consolidadas pela batalha do nosso povo e de todas as forças progressistas por novos avanços no processo revolucionário — reacendeu no mundo capitalista a confiança na hipótese de sujeição das leis da revolução às do lucro dos monopólios e das multinacionais. Aqueles que outrora jogavam na repressão, nos baixíssimos salários, na exploração colonial, jogam hoje em todas as hesitações do processo revolucionário, em todas as suas dificuldades, nos elementos mais moderados, susceptíveis de, em determinados momentos, se tornarem em aliados, ainda que involuntários, da reacção, na ignorância e no atraso de algumas camadas da população, ainda não arrancadas ao obscurantismo a que o fascismo as votou.

A CEE acaba de declarar estar pronta a iniciar conversações com Portugal sobre a ajuda financeira e cooperação económica, logo que o novo Governo português esteja formado. Baseia esta sua decisão nos «acontecimentos positivos que se verificam actualmente em Portugal». Recorde-se que, na primeira de Julho, em Bruxelas, a CEE tinha decidido só fornecer auxílio a Portugal se fossem tomadas medidas no sentido do estabelecimento de «uma democracia pluralista» no nosso país.

É notório que a CEE crê chegado o momento — não talvez da «democracia pluralista» em Portugal — mas de desenvolver esforços, no campo da pressão económica, tendentes a instaurar no nosso país um regime mais de acordo com as suas conveniências (e sabemos, por dolorosa experiência própria, que o fascismo, mais ou menos retocado de demagogia, está também de acordo com tais interesses).

É evidente que não levantamos quaisquer obstáculos às relações económicas com os países capitalistas, e em particular com a CEE. É igualmente evidente que não nos opomos a um regime democrático e pluralista em Portugal, antes defendemos tal solução como adequada para o nosso país. Mas as palavras e os conceitos têm significados diferentes, mesmo opostos, em função dos interesses que exprimem ou que encobrem. Democracia e pluralismo, não pode ser o equivalente de social-democracia, como primeiro passo para o fascismo. Auxílio e colaboração económica, não se confundem com chantagem. O que está em causa não é a forma que assume a intervenção externa — espionagem, actividade de agências especializadas na provocação, dinheiro ou armas, apoios condicionados. É a inadmissível ingerência nos nossos problemas que está em causa. Uma ingerência com que não devemos transigir.

## A contra-ofensiva patronal precisa de ser esmagada

Na complexidade do processo revolucionário que vivemos, o esforço das forças reacçãoárias para opor trabalhadores contra trabalhadores, para erguer trabalhadores contra os seus próprios interesses de classe, é uma constante. O que se está neste momento a passar na FACAR — Fábrica Nacional de Tubos Metálicos e Plásticos, em Leça da Palmeira, Matosinhos, é um exemplo desse esforço, parcialmente conseguido.

O processo da FACAR, como muitos outros — a esmagadora maioria — que se tem aberto por todo o país, com pedido de intervenção estatal, face às manobras de sabotagem do patronato, foi aberto por iniciativa dos seus trabalhadores. Foi a comissão de trabalhadores e delegados sindicais da FACAR que se dirigiu ao Ministério da Indústria para «reclamar urgentemente a posição nosso assunto. Não queremos consentir mais roubos à economia nacional, sentimentos diários e profundamente na pele. Tomem providências imediatas».

Feito um inquérito à empresa, concluiu-se que os seus sócios deviam, em Março passado, cerca de 36 mil contos, por terem utilizado os meios líquidos da empresa em seu proveito. Foi igualmente apurado que «a contabilidade feita pela firma (...) ser precária e irregular relativamente ao movimento de algumas contas, pelo que se poderá formular a hipótese de terem existido «fugas» e outras evasões, inclusivamente de ordem fiscal». Para além disso, segundo o comunicado do Ministério da Indústria e Tecnologia, «são ainda, de referir os factos de os lucros da empresa, no últimos dez anos, terem sido inferiores ao total dos benefícios auferidos pelos sócios e o grande empolamento de despesas não documentadas que atingiram, em 1973, cerca de 1200 contos». Estes os factos, que provam de uma forma indomitável a realidade da sabotagem económica. Correspondendo ao apelo dos trabalhadores e à investigação feita, foi decidida a intervenção estatal, e a nomeação de uma comissão administrativa.

Entretanto, aproveitando uma conjuntura política favorável — a crise que temos vindo a viver há dois meses — iniciou-se na FACAR uma escalada reacçãoária. Dificuldades na laboração normal da fábrica foram utilizadas para erguer perante os olhos dos trabalhadores o espectro do desemprego. A salvação apontada era — o retorno dos patrões. Desencadeou-se a perseguição aos trabalhadores mais conscientes, alguns dos quais foram ameaçados de morte e de agressões físicas. Deflagrou um incêndio, com causas ainda não apuradas, que tudo indica tratar-se de fogo posto. Organizou-se

uma manifestação, frente ao Ministério do Trabalho, no Porto. Os ex-gerentes ocuparam ilegalmente as instalações.

O caso da FACAR, não é único no nosso país. Também na Molaflex, na Têxtil Manuel Gonçalves, e noutras empresas de menores dimensões, se tem tentado processos, em que se pede o regresso dos patrões, regresso que surge aos olhos dos trabalhadores menos conscientes, manipulados por defensores de interesses opostos aos seus, como a solução para os seus problemas, as soluções para os problemas da empresa.

A utilização dos trabalhadores contra os seus próprios interesses, é uma tática vulgar do capitalismo. Não é por acaso o esforço permanente para manter tão baixo quanto possível o nível de consciência de classe, de cultura, de esclarecimento sobre os problemas político-sociais das massas trabalhadoras. A ignorância, os preconceitos, a imposição de ideologias favoráveis aos interesses dos senhores, a falsa propaganda, são importantes armas da reacção. Acresce que a utilização de trabalhadores na defesa dos interesses do capital conduz ao divisionismo nas empresas, nos campos, nas fábricas, divisão altamente favorável aos designios do capital. Entretanto, esta descarada manipulação só é possível, em larga escala, e em formas mais primitivas (como é o caso), quando é concedido um campo de acção apreciável às forças da reacção, e restringidas as possibilidades de acção das forças progressistas. Sem dúvida que, no nosso país, contamos com o grande peso da herança fascista. Mas é também inegável que factos como este não se baseiam só no peso do passado. Contaram com factores bem actuais para o seu desenvolvimento. Factores a que se impõe pôr termo.

## Em Angola a situação esclarece-se

Começa a delinear-se em Angola um futuro que corresponda aos verdadeiros interesses das massas trabalhadoras. Patenteando a sua inserção popular, o seu carácter de verdadeiro movimento de libertação, vanguarda do povo angolano, o MPLA desencadeou uma poderosa ofensiva, e no sinuoso e difícil caminho de uma guerra libertadora, tem vindo a somar significativas vitórias. Caxito, Ambriz, Carmona, Caxito e Nova Lisboa, estão na rota da vitória sobre os que, dentro da FNLA e da UNITA, se esforçam por dar nova cara a um colonialismo moribundo que querem ressuscitar. O MPLA ocupa agora praticamente doze das dezessete províncias de Angola. Para além de Luanda, controla todo o Leste e todos os portos a sul da capital. Nas regiões meridionais, a sua influência faz-se sentir numa extensão de duzentos quilómetros, a partir da costa. Em Luanda, organiza-se a Semana de Defesa Popular, com o duplo objectivo de preparar as populações para a eventual defesa da capital e consciencializá-las em torno das tarefas prioritárias que o processo de independência impõe.

O que se vive em Angola, não é uma guerra civil, é uma luta patriótica, uma luta encarniçada pelo Poder, entre os que se batem pelos interesses do povo angolano e os que surgem como a máscara «nacionalista» do grande capital internacional. Referindo-se à actual situação em Angola, o camarada Iko Carreira, membro do comité político do MPLA, afirmou numa conferência de imprensa recentemente concedida em Belgrado: «Não há nenhuma guerra civil em Angola, como o querem fazer crer certos meios de comunicação social, perante a opinião pública mundial. O que se passa na realidade é uma luta dos patriotas angolanos que defendem a integridade territorial do nosso país contra a intervenção estrangeira». E acrescentou: «Claro que existiram e ainda existem em Angola, conflitos na luta pelo Poder, o que é normal num período de transição».

A dura luta que se tem estado a travar em Angola tem colocado com particular relevo a ineludível intervenção estrangeira. Uma subcomissão das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, aprovou em Genebra uma resolução condenando a África do Sul por enviar tropas para Angola. Por seu lado, o MPLA revelou que, durante o ataque ao Caxito, capturara um oficial miliciano do Zaire, que pertencia a um grupo de nove elementos do Exército do Zaire, que entraram em Angola a 15 de Agosto, dois dos quais tinham sido mortos, tendo os outros regressado ao seu país. Entre os combatentes da FNLA, igualmente detidos no Caxito, encontravam-se ainda dois prisioneiros portugueses, que afirmaram ter sido recrutados na Rodésia com mais outros 18 portugueses, para treinarem militares da FNLA. Estes alguns pequenos dados de uma ingerência que é real e que ultrapassa largamente o auxílio militar a movimentos fanticos.

No contexto de uma guerra patriótica que é o lógico prolongamento da batalha travada, desde os alvares da luta de libertação, contra todas as formas de colonialismo, contra todas as formas de sujeição do Homem pelo Homem — avoluma-se um problema que corre paralelo à violência da luta armada — a deterioração da situação económica para níveis altamente preocupantes, a própria sobrevivência das populações ameaçadas pela fome. O agravamento da situação económica é diário. Não se trata simplesmente do difícil ou quase inexistente abastecimento das zonas urbanas. As áreas cultivadas durante anos são abandonadas. A agricultura foi seriamente afectada, sendo de especial relevância o problema do café, um dos principais produtos da economia angolana. Muitas fábricas pararam de há muito, por falta de pessoal e de matérias-primas. Muitos portos marítimos encontram-se praticamente paralisados. O povo angolano, todos os que vivem neste momento em Angola, debatem-se numa situação realmente dramática.

O agravamento da situação económica, dá uma ainda maior acuidade à premência de uma solução político-militar global, que dê ao processo de independência de Angola uma ineludível perspectiva de evolução progressista — a única que corresponderá aos problemas do seu povo e ao conjunto dos agudos problemas nacionais.

O MPLA — a verdadeira força de vanguarda do povo angolano cuja luta diária é determinante para o ultrapassar de momentos particularmente

difíceis na História de Angola — não tem qualquer responsabilidades na gravidade da situação actual. Antes está a contribuir activa e decisivamente para a verdadeira solução dos problemas do povo angolano e mesmo para os muitos que o difícil processo de descolonização em Angola está a acarretar para o nosso povo e para a Revolução Portuguesa. O povo angolano saberá superar todas as dificuldades que assolam de momento a sua pátria. Não serão as bombas e a fome a dobrar a sua abnegada capacidade de luta, já comprovada em condições mais duras e bem menos favoráveis. A verdadeira luta de libertação que se trava hoje em terras de Angola vem na esteira da batalha de há muito empreendida contra o colonialismo, contra todas as formas de dominação estrangeira. A vitória do MPLA, significará o início de uma nova vida em Angola, a possibilidade de uma descolonização à altura das formas que, pela luta conjunta do Povo Português e dos povos outrora sob dominação colonial portuguesa, tem sido alcançadas nos outros países africanos de expressão portuguesa. Significará também a possibilidade do estancar da fuga desordenada para Portugal de gente que poderia ser útil em terras angolanas, mas que no nosso país mais vem agravar a já difícil situação económica, engrossar um contingente de desempregados que só avanços decididos da revolução poderão reduzir drasticamente. Só uma Angola encabeçada pelo seu real movimento de libertação — o MPLA — só um Portugal solidamente empenhado nas perspectivas revolucionárias abertas pelo 25 de Abril (a despeito de todas as oscilações inerentes a uma verdadeira revolução), poderão ser irmãos de armas na batalha mundial contra o imperialismo, pelo fim da exploração do Homem pelo Homem, saberão dar uma verdadeira solução aos múltiplos problemas com que hoje se debatem os nossos dois países.

## Cineastas portugueses e estrangeiros contra a social democracia

No final do 4.º Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz, que recentemente se realizou naquela cidade, foi divulgada uma declaração na qual se condenam as manobras reacçãoárias contra a revolução portuguesa.

Nessa declaração, assinada por 101 dos participantes, entre os quais Álvaro Cação Biscaia, da Comissão Executiva do Festival, Jean Marie-Straub, Robert Kramer, Percy Matas, Manuel Madeira, António Pedro Vasconcelos, Danièle Huillet, todos cineastas, e ainda Gonçalves Lavrador, Lauro António, Serge Daney, João Lopes, Camacho Costa, Belard da Fonseca, Leitão Ramos e Miguel Cardoso, começa por se afirmar:

«Os abaixo-assinados, participantes portugueses e estrangeiros no 4.º Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz, conscientes do grave momento que atravessa a Revolução Portuguesa e das ameaças que pesam sobre as liberdades democráticas, vêm por este meio declarar o seu repúdio contra as manobras reacçãoárias que se manifestam através de assaltos a sedes de partidos revolucionários. Protestam também contra a acção fascista do arcebispo de Braga, colaborador do regime salazarista, assim como contra as ingerências do imperialismo em Portugal».

E a declaração da Figueira da Foz acrescenta: «Defendem uma rápida solução da crise político-militar, apelando à unidade de todos os revolucionários, civis e militares, interessados na consolidação das conquistas do povo português e no avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo. E insurgem-se contra a campanha caluniosa da imprensa reacçãoária, nomeadamente a da Europa do Mercado Comum. Os abaixo-assinados dizem NÃO à social-democracia!».

## Novidades das Edições Avante!



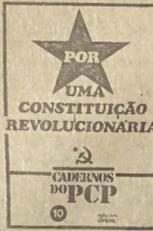
Traduzida directamente do original alemão e cotejada com a edição inglesa incluindo numerosas notas à tradução portuguesa, esta nova edição será de grande utilidade a todos os pessoas interessadas no estudo do marxismo na sua formação política tanto nas escolas como particularmente.

3050



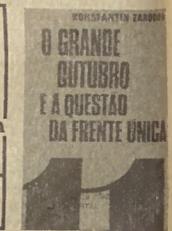
Um negro capítulo da negra história do fascismo, escrito por um dos muitos lutadores antifascistas que o viveram.

3050



A proposta do PCP para uma Constituição dum país cujo povo quer construir o socialismo.

15500



Um exemplo histórico de como foram ganhas para a revolução amplas massas de trabalhadores e os sectores progressistas e democráticos de sociedade.

8500

À venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas Livrarias a partir do dia 19/9/75



O JORNAL DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA



LÊ - ASSINA - DIVULGA

• O secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger protestou junto de Cuba, por considerar a Conferência de Havana, dedicada a solidariedade internacional ao povo de Porto Rico «acto de inimizade e uma total ingerência nos nossos assuntos internos». Assim, o imperialismo americano acaba de reconhecer, implicitamente, o carácter colonial da sua dominação sobre Porto Rico, carácter que se tem esforçado por ocultar.

• Em sessão especial da Assembleia Geral da ONU, o camarada Fidel Castro afirmou a sua certeza na vitória dos países em vias de desenvolvimento «com o auxílio dos seus aliados naturais, os países socialistas». Por sua vez, o vice-ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, denunciou as ofertas do imperialismo para reformar o comércio internacional e o sistema de investimentos como «meros paliativos que não resolvem as questões básicas».

• O Governo dos Estados Unidos, que durante anos não se preocupou com a presença de milhões de trabalhadores estrangeiros sem documentação legal, antes lhes acenando com promessas de «uma vida melhor», tem vindo a tomar neste momento medidas extremas contra todos os que estão nestas condições, compreendendo a prisão e expulsão do país. Pretende-se assim apontar os trabalhadores estrangeiros como causadores da crise do capitalismo, em particular do assustador aumento de desemprego.

• O comité mexicano de Solidariedade com a Nicarágua denunciou recentemente, no decurso de uma conferência de imprensa, os assassinatos massivos, as torturas, a violência repressiva (homens torturados são lançados vivos de helicópteros) e os campos de concentração que na ditadura de Anastasio Somoza utiliza para tentar paralisar a crescente luta de libertação do povo de Nicarágua. Foi igualmente referida a presença de quatro bases militares norte-americanas neste país da América Central, e a presença de agentes da CIA e da AID, entre outros.

• Foram condenados a oito anos de prisão, por um conselho militar, dois militantes brasileiros acusados de pertencerem ao Partido Comunista.

• Numa típica demonstração da agressividade do imperialismo, os EUA ameaçaram a Venezuela de ocuparem militarmente os seus jazigos petrolíferos.

• O Governo grego, a despeito da retirada da Grécia da estrutura militar da NATO, permitiu a realização de exercícios, envolvendo cerca de 1000 fuzileiros apoiados por tanques pesados anfíbios, no seu território.

• Um documento confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Chile publicado pelo diário cubano «Granma», considera que a actual situação internacional do país «está a atingir a pior fase do actual Governo e uma das mais críticas de todo o século». O memorando recomenda o lançamento de uma ofensiva diplomática em África, para cobrir simultaneamente «a diplomacia do cobre no Zaire e na Zâmbia e os grandes centros internacionais do continente como a Quênia e a Etiópia».

• Contrastando com o isolamento internacional do Chile, há quem se aproxime da Junta de Pinochet. Deslocou-se a Pequim uma delegação económica chilena, com a intenção de restabelecer entre a China e o Chile, relações comerciais normais. Por seu turno, o tristemente célebre Soljenitsyne aceitou um convite oficial para visitar o Chile.

• «Para que o Estado viva os interesses do Povo é necessário que permita ao Povo a sua participação na discussão e resolução dos problemas estatais» — afirmou o camarada Pedro Pires, primeiro-ministro e presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC, numa recente entrevista dada ao semanário «Voz do Povo».

• Um telegrama vindo de Lourenço Marques desmente o semanário «Tempo», pela publicação de uma notícia falsa, relativa a pretensas divergências dentro da FRELIMO. A propósito, são citadas as palavras de Samora Machel, quando afirma: «As mesmas armas subversivas que o colonialismo português utilizou durante a guerra contra as forças de libertação continuam a ser usadas pelos reacçãoários nacionais e pelo imperialismo, agora já para tirar o sentido revolucionário ao Poder conquistado pelo Povo».

• Um adulto em cada três não sabe ler nem escrever — conclui um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O documento assinala que o número de analfabetos atinge as 800 pessoas adultas, sessenta por cento das quais são mulheres. Entre 1960 e 1970 o número de pessoas que não sabem ler aumentou de 48 milhões de pessoas. Estes números são ainda mais impressionantes se atendermos ao facto de o analfabetismo estar particularmente concentrado nas regiões sub-desenvolvidas.

• O Governo Revolucionário Provisório do Vietnã do Sul anulou um programa de política económica de catorze pontos, que se destina a acabar com os açambarcadores, especuladores, oportunistas e capitalistas colaboracionistas do país. O programa aumentará a participação do Estado nos empreendimentos económicos do País, Estando previstas medidas destinadas a melhorar a produção e a estabilizar o mercado.

• Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram admitidos nas Nações Unidas, na abertura da 30.ª sessão da Assembleia Geral, elevando a 141 países o total de membros da ONU.

• As companhias multinacionais, na sua maioria norte-americanas, retiraram da América Latina, ao longo dos últimos sete anos, mais de 22 milhares de dólares.

# informação

## Países subdesenvolvidos contra o imperialismo

A 7.ª sessão internacional das Nações Unidas, revelou, mais uma vez, a renhida batalha — ligada a uma vincada demarcação de interesses — que se processa entre os países vítimas do subdesenvolvimento e os países capitalistas mais desenvolvidos.

A dramática situação em que vivem os países subdesenvolvidos — cada vez mais agravada com os reflexos da crise do mundo capitalista — tem reforçado a sua determinação em defender os seus interesses, pondo em causa o mecanismo de exploração a que têm vindo a ser sujeitos. Na 7.ª sessão especial das Nações Unidas, os países subdesenvolvidos apresentaram propostas muito concretas, tendentes a uma redistribuição dos recursos, pela valorização dos produtos dos países subdesenvolvidos, cujos preços têm sido sempre mantidos muito baixos por força do jogo do imperialismo. Falando com porta-voz do movimento dos países não-alinhados, o representante do Perú denunciou a instabilidade a que são sujeitos os produtos base do mundo subdesenvolvido, como consequência da rapina e dos termos de troca impostos pelos países capitalistas. Foi proposto um programa de seis pontos, sublinhado-se a necessidade urgente de encontrar soluções satisfatórias para a situação precária que os produtos dos países subdesenvolvidos enfrentam no mercado capitalista. O projecto que propõe basear num mesmo índice os preços dos produtos base e os preços (agravados pela inflação) dos produtos manufacturados e dos serviços comercializados pela CEE, pelos Estados Unidos e pelo Japão — figura como a questão central do documento.

A proposta elaborada pelos países subdesenvolvidos, contou, de imediato, com o apoio da União Soviética e restantes países socialistas. Contou também, como seria de esperar, com a renhida oposição dos países capitalistas. Kissinger teve mesmo a audácia de exigir aos países subdesenvolvidos que cesassem as suas justas denúncias da actividade das multinacionais e das consequências nefastas dos investimentos destes grupos económicos na economia do terceiro-mundo.

A encarniçada resistência do mundo capitalista à luta dos povos subdesenvolvidos contra a sua situação de dependência, tem bases bem objectivas e nítidas. Os países subdesenvolvidos da América Latina, da África ou da Ásia, não o são por falta de recursos ou de capacidade dos seus povos. A mão-de-obra da África, da Ásia, da América Latina, ajudou a enriquecer os Estados Unidos e a Europa capitalista. Países mantidos em condições de vida subhumanas são, com frequência, particularmente ricos em matérias primas, nos mais diversificados produtos agrícolas. Mas os lucros aí obtidos são sistematicamente canalizados para fora das suas fronteiras, os seus produtos subvalorizados face ao crescente aumento de preços dos produtos manufacturados, das máquinas, da tecnologia. A dependência económica e a dependência política, andam de mãos dadas. Pouco importa que esta última não esteja formalizada. Não é, por isso, menos real.

A crescente compreensão das verdadeiras causas do subdesenvolvimento tem vindo a reforçar os laços que unem os países sujeitos à exploração do capitalismo internacional, leva-os a conjugar os seus esforços de uma forma cada vez mais coordenada. O imperialismo teme tal aliança. Tenta jogar no divisionismo, esforçando-se por opor, por exemplo, países produtores de petróleo a países produtores de outras matérias primas. Mas a aliança real que se está a estabelecer entre aqueles que o capital quer manter nas malhas do neo-colonialismo, tem-se vindo a reforçar de facto, constituindo hoje uma frente importante contra o imperialismo, lado a lado com a dos países socialistas, com a do proletariado de todo o mundo, que luta pelo derrubamento do sistema capitalista mundial. Unindo os seus esforços entre si e com os dos seus aliados naturais, os países subdesenvolvidos conseguiram impor novas formas de relações económicas internacionais. E essa será mais uma grande vitória das forças progressistas de todo o mundo.

## Espanha — mais três condenações à morte

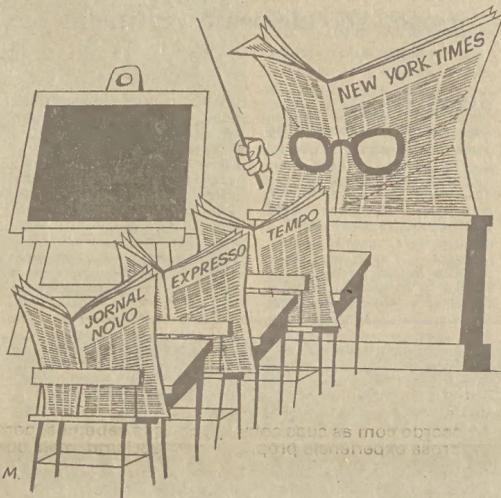
«Nós, os redactores da «Hoja Del Lunes» — afirma-se num jornal madrilenho — como a imensa maioria do povo espanhol condenamos a violência donde quer que venha. Uma sociedade civilizada deve afirmar a sua fé não na força mas na razão, não nas armas mas na força da convicção das ideias». Por estranho que possa parecer, estas palavras não visam, pelo menos de uma forma directa, as recentes condenações à morte em Espanha. Sob a lei da mordacça, a imprensa espanhola não ergue a sua voz para condenar o arbitrio do fascismo espanhol, mas os que se lhe tentam opor. O texto do jornal madrilenho destina-se a criticar um «novo acto de sectarismo criminoso» cometido pelos que «procuram sem qualquer dúvida a ruptura da coexistência pacífica entre espanhóis». O acto criminoso foi o assassinato de um polícia — um assassinato ilegal, portanto. Os outros não são significativos, os outros não são terrorismo — para a lei franquista, constituem mesmo formas de defesa contra o terrorismo. Formas que impeçam a «ruptura da coexistência pacífica entre espanhóis». Difícil de saber o que será tal «coexistência»... Talvez a frágil, relativa e pobre paz, imposta pelas prisões e pelo garrote.

Depois das condenações de Garmendia e Otaegui, mais três espanhóis foram condenados à morte pelo Tribunal Militar — o Conselho do Governo de El Goloso. Mais uma vez a sombra da nova lei «anti-terrorista». A nível internacional e no interior da própria Espanha, multiplicam-se os protestos contra as condenações. Em Itália, Munique, Estrasburgo, realizam-se manifestações e fazem-se moções de protesto. Na Suécia, a Federação Sueca dos Operários Fabris, que engloba mais de 100.000 membros, protestou junto da Embaixada espanhola em Estocolmo. Em Berlim Ocidental realizou-se uma manifestação de protesto contra as sentenças. Em França realizaram-se várias manifestações, nomeadamente em Baiona e Valenciennes. Em

Portugal, as condenações a morte em Espanha têm provocado uma onda de protestos dos trabalhadores. São inumeráveis os telegramas e mensagens exigindo a suspensão da pena capital, bem como a libertação dos presos políticos espanhóis. Face à impopularidade internacional das condenações à morte de anti-fascistas espanhóis, o que provoca naturalmente um maior isolamento e repúdio da política de Franco, e acentua as dificuldades de negociações e relações abertas e estreitas entre o mundo capitalista, no geral, e o fascismo espanhol, a CEE informou o Governo espanhol de que espera que este use de clemência para com os condenados à morte. A pressão da opinião pública surte os seus efeitos.

A máquina repressiva espanhola, mantém-se entretanto em plena actividade. Mais dez prisões em Pamplona. Anunciada a prisão, entre 6 de Agosto e os primeiros dias de Setembro, de mais oitenta e dois militantes anti-fascistas, 76 dos quais na região de Barcelona e outros seis na de Vitória.

O Conselho Supremo da Justiça Militar decidiu proceder, ele próprio a uma revisão do julgamento de Burgos, em que foram condenados a morte, José António Garmendia e Angel Otaegui. Esta uma primeira vitória da pressão interna e externa sobre o fascismo espanhol. Mas uma vitória muito parcial. Uma vitória que pode não conduzir a nada de concreto. Para salvar a vida dos cinco anti-franquistas condenados em Espanha, para que seja posto um travão à brutal escalada repressiva, impõe-se reforçar ainda mais a solidariedade ao povo espanhol. Uma solidariedade que, em si, nada poderá resolver de essencial, mas que constitui um contributo não negligenciável a difícil batalha que se trava em Espanha.



## O «New York Times» e seus discípulos

Os órgãos de Informação a serviço do imperialismo e da reacção tentaram nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, como o «Avante» salientou, extrair conclusões inteiramente falsas dos acontecimentos verificados no Perú, no fim de Agosto, quando o general Francisco Morales Bermudez substituiu na Presidência da República o general Juan Velasco Alvarado. Tanto as agências noticiosas (AP, UPI, Reuters) como os grandes diários da burguesia em Nova York, Paris, Londres, Frankfurt, etc., insinuaram que Morales Bermudez era um «moderado» e que, portanto, o «golpe militar» de Lima assinalava o início do recuo da Revolução Peruana.

O editorial que o «New York Times» dedicou ao assunto merece uma atenção especial. Na opinião do mais importante jornal do mundo capitalista, os Estados Unidos deveriam reagir de maneira «rápida e positiva» se o novo Presidente do Perú, general Morales Bermudez, se dirigisse a Washington pedindo ajuda económica-financeira. Segundo o NYT, o Presidente é um elemento de «moderação, gradualismo e estabilidade» que fez sempre o possível para «assegurar a sobrevivência do sector privado e dos investimentos estrangeiros, até mesmo quando a orientação dominante apontava para o controle estatal dos recursos naturais e minerais do Perú». Quanto à futura orientação do Governo, o NYT observava que «seria interessante verificar se os novos dirigentes liquidarão a política de dependência face à União Soviética seguida até agora por Velasco Alvarado no tocante a equipamentos militares». Acrescentava ainda que «seria legítimo esperar que o novo Governo restabelesse as liberdades fundamentais e iniciasse, eventualmente, um processo de restauração democrática, encaminhando para a formação de um Governo Civil».

O «New York Times» é o modelo em que se inspiram em matéria de técnica jornalística e de intriga política os órgãos de Informação que hoje, directa ou indirectamente, desempenham em Portugal um papel contra-revolucionário. Por isso mesmo vale a pena chamar a atenção para esse editorial intrigante e profundamente desonesto sobre o Perú e a personalidade do seu novo Presidente. Os senhores do NYT sabem perfeitamente que não houve qualquer recuo em Lima; que se registou, pelo contrário um avanço. Mas mentindo deliberadamente, invertendo o significado dos factos visam dois objectivos:

1) Confundir amplos sectores da opinião pública internacional. O NYT sabe que os seus elogios carregam desprestígio para quem os recebe. Significativamente, partidos e forças ultra-esquerdistas inspiraram-se em vários países no editorial do NYT para criticar o presidente Morales Bermudez. No momento em que a Revolução Peruana precisa de um reforço da solidariedade internacional de todas as forças progressistas, o imperialismo americano esforça-se por semear a dúvida, o boato, a calúnia em torno do sucessor de Velasco Alvarado.

2) O NYT, defendendo a tese de um Morales Bermudez «moderado», pro-capitalista, procura encorajar as forças da reacção peruana, tenta dividir as Forças Armadas e reduzir o apoio popular ao novo Governo e ao Presidente.

Na realidade, como o diário «Expresso» acentuou, o editorial do NYT é «um mar de inexactidões». Em primeiro lugar, o discurso de Morales no encerramento da Conferência dos Não Alinhados constituiu uma reafirmação claríssima da política externa do Perú, orientada para um anti-imperialismo activo. Em segundo lugar, a intriga tecida em torno da entrega do Ministério da Economia a um banqueiro carece de qualquer fundamento; o novo ministro foi director do Banco Central e do Banco de la Nación, ambos estatais, não tendo quaisquer vínculos com a banca privada. Em terceiro lugar, todos os partidos e forças progressistas manifestaram publicamente o seu apoio ao general Morales Bermudez. A Comissão Política do CC do Partido Comunista Peruano, salientou numa nota que «as mudanças produzidas na Presidência da República e no Ministério são substanciais, porque tem por fim fortalecer e aprofundar a Revolução Peruana e eliminar os desvios e erros de condução que dificultavam o apoio popular nos últimos meses». Na mesma nota acentua-se ainda que a actual etapa do processo consolida o rumo anti-imperialista e antioligárquico da Revolução «com maior participação popular organizada, democrática, e sem manipulações nem infiltrações contrarrevolucionárias».

A verdade é que no Perú, contrariamente ao que sugere o NYT, é hoje mais forte a aliança entre o Povo e as Forças Armadas.

Parece oportuno recordar mais uma vez que o NYT procede em relação a Portugal exactamente como o faz no tocante ao Perú, adaptando a sua táctica às circunstâncias. O seu objectivo é combater a Revolução Portuguesa. Tenta também dividir e intrigar. Na última semana antecipou-se ao desfecho da crise política, anunciando tudo sobre o novo Governo de Pinheiro de Azevedo. O que o entusiasma sobretudo é a hipótese de um retrocesso em relação a certos aspectos cujas medidas foram já oficialmente tomadas e postas em acção. Quando alude ao sector privado, a investimentos externos e à ajuda da Europa Ocidental, o NYT, embora não o afirme claramente, deixa entrever que existe a possibilidade de uma reconstrução do Poder dos monopólios e de um recuo na reforma agrária. O editorial é, obviamente, do começo ao fim, uma lição para os jornalistas do «Expresso», do «Tempo» e do «Jornal Novo». No Perú já não tem essa oportunidade. Não sobrou um só órgão de Informação «privado», um só jornal que possa fazer a apologia da contra-revolução e do capitalismo. Foram todos socializados. Mas o NYT também se engana quanto a Portugal. As empresas nacionalizadas serão defendidas; o latifúndio e os monopólios não serão reconstituídos.

## Proposta soviética sobre armas nucleares

A União Soviética propôs ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, que fosse inserida na agenda da sessão regular da Assembleia-Geral a proposta de um tratado internacional proibindo todas as experiências com armas nucleares. O camarada Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, fundamenta a oportunidade do debate de tal proposta na actual situação internacional, caracterizada por importantes desenvolvimentos positivos. A aprovação da proposta de proibição de todas as experiências com armas atómicas seria mais um importante elemento «para suplementar e consolidar o desanuviamento político por medidas no campo militar, para pôr termo à corrida aos armamentos, para alcançar uma redução na produção de armas e, numa análise final, para iniciar o desarmamento geral e completo — esta é a ordem do dia da «Vida Internacional».

Baluarte do mundo socialista, a União Soviética tem sido elemento decisivo na batalha internacional de todas as forças progressistas pela paz. Pode-se justamente dizer que não houve iniciativa, que não houve passo positivo, que não tenha contado com o empenhamento e, fundamentalmente, a iniciativa do país dos soviéticos. Importantes medidas anteriores no sentido do desarmamento, em particular da limitação de armas nucleares, foram o tratado parcial de proibição de experiências em 1963, proibindo as experiências nucleares na atmosfera, no espaço sideral e submarinas, e o tratado soviético-americano de Julho de 1974, limitando as experiências subterráneas com armas nucleares. A última iniciativa soviética de desarmamento importante foi uma proposta para reduzir os orçamentos militares em 10 por cento e utilizar parte dos montantes para auxiliar os países em vias de desenvolvimento, iniciativa que acabou por não ter a sua concretização prática, dado a evidente oposição, camuflada pelo levantamento das mais diversas dificuldades, por parte dos países industrializados do mundo capitalista, para quem o sub-desenvolvimento é favorável aos seus interesses. Tal como a tensão internacional.

A batalha da paz, componente importante na criação mundial de condições favoráveis ao processo de libertação dos povos, é por sua vez condicionada pelos avanços nesse processo de libertação. O saldo largamente positivo para as forças progressistas que se tem vindo a verificar ultimamente, a despeito de recuos nesta ou naquela área determinada (não pode haver, em nenhum campo, processos lineares), abre novas perspectivas ao reforço e alargamento de um clima de distensão internacional. É uma luta persistente, feita de pequenos passos e de saltos gigantes, que está a transformar de uma forma radical o panorama internacional. Contando embora e sempre com o conjunto da situação e das pressões externas, hoje uma revolução pode desenvolver-se perante a impotência militar dos grandes arsenais ao serviço do capital. Não é de ânimo leve que se atravessam fronteiras ou se anexam territórios. De há muito o imperialismo não é dono do mundo. Sujeta-se a tratados que limitam ainda mais o seu Poder. As armas que utilizam são forçosamente mais subtis, mas mais limitadas.

# A BATALHA DA REFORMA AGRÁRIA

## «Seja qual for o Governo que se oponha ao avanço da Reforma Agrária ou que pretenda tirar a terra que os trabalhadores têm regado com o seu suor e o seu sangue, não o conseguiremos. O Alentejo não cede nem um palmo!» — afirmou-se no I Encontro Unitário de Trabalhadores das Herdades Colectivas do Distrito de Évora

*Trocar experiências adquiridas na sua dura caminhada de pioneiros da Reforma Agrária, falar das dificuldades — naturais, algumas impostas a maior parte —, denunciar sabotagens, perspectivar o futuro e, acima de tudo, cimentar a unidade, a confiança e a solidariedade que os une, foi o objectivo — plenamente alcançado — do I Encontro Unitário de Trabalhadores das Herdades Colectivas do Distrito de Évora, realizado no passado domingo em Montemor-o-Novo.*

Promovido por iniciativa do Partido Comunista Português, o Encontro debruçou-se em particular sobre os seguintes temas: Herdades controladas pelos trabalhadores; Aliança entre os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores; Apoio financeiro; Apoio técnico; Comercialização; Próximas sementeiras.

Da mesa que presidiu aos trabalhos faziam parte, para além dos representantes de diversas Herdades Colectivas, os camaradas António Gervásio, da Comissão Política do CC do PCP; António Murteira, da DORAA; e membros da Comissão distrital de Évora do PCP e da Comissão Concelhia de Montemor. Participaram ainda nos trabalhos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, da Liga

Só no distrito de Évora são já controladas pelos trabalhadores cerca de 163 herdades, numa área que ronda os 100.000 ha de terra. No conjunto dos distritos de Portalegre, Évora e Beja a superfície ocupada pelas Herdades Colectivas é de cerca de 400.000 ha. Mas, estamos ainda muito aquém daquilo que há para fazer. Dentro da lei da Reforma Agrária prevê-se que venham a ser ocupados cerca de um milhão e duzentos mil ha de terra. Isto mostra bem que os agrários não têm razão nenhuma para andarem já a berrar em frente dos quartéis. A lei da Reforma Agrária não está a ser atropelada.

O espírito colectivo saiu reforçado do Encontro. Como o demonstraram bem as inúmeras provas de solidariedade proletária singelamente concretizadas no decorrer dos trabalhos. Trabalhadores que falavam das suas necessidades mais urgentes, como aquele amigo da «Germano Vidigal» — estamos mesmo à rasquinha —, precisando de bulhadoras, enfiadeiras, etc., a que logo outros trabalhadores de outras herdades respondiam — a gente tem lá, podemos emprestar hoje mesmo.

Durante o decorrer do Encontro cerca de um milhão de trabalhadores, homens e mulheres — como apançou a delegada do

de que o País muito necessita. Não aceitar mais atrasos, nem resistências. A falta de medidas com a urgência que a situação requer, levar-nos-á a tomar de imediato todas as iniciativas que forem necessárias para o efeito. Consideramos escandaloso que se continue a dar milhares de contos a grandes agrários os quais, em vez de os investirem na produção continuam a desviá-los enquanto se nega dinheiro para se ponha fim a esse escândalo, autêntica sabotagem económica. Apoio Técnico — Criticar técnicos que são pagos pelo Povo e que pouco ou nada fazem a favor dos trabalhadores, quando não se põem contra nós. A este respeito, deve ser mencionada em especial a falta de ajuda do Centro de Reforma Agrária de Évora. Inter-Ajuda entre Herdades Colectivas — Considerar que as riquezas existentes nas Herdades não devem dividir os trabalhadores em ricos e pobres: a riqueza de todos os trabalhadores e a todos deve beneficiar. Nesse sentido, desenvolver e entreajuda entre Herdades, criando para o efeito Secretariados concelhios, formados por um representante de cada Comissão de Trabalhadores, e a seguir um Secretariado distrital. A estes Secretariados caberá fazer balanço

Agrária em Portugal. Do mesmo modo, daqui saudamos os homens verdadeiramente progressistas do MFA pela grande ajuda que nos têm dado e que sabemos sempre dar.

Circuitos Comerciais — Exigir medidas urgentes para assegurar a compra e a venda de produtos, a preços garantidos, com prioridade absoluta para as Unidades Colectivas de Produção e para os



Apoio confiante ao avanço da revolução

Pequenos e Médios Agricultores: Previdência — Recusar o pagamento dos 23% de desconto para as Caixas, apenas admitindo contribuir com 6,5%, ou seja, a parte que compete aos trabalhadores. Os 16,5% que cabiam aos patrões não devem ser suportados pela Unidade Colectiva, pois não é um patrão. É justo que esses 16,5% recaiam sobre o Estado, pois será uma outra forma de tornar mais equitativa a distribuição da riqueza do País, devendo ser os trabalhadores do campo, operários e pequenos agricultores os primeiros a beneficiar de regalias a atribuir pelo Governo. Saliente-se que milhares de pequenos agricultores e outros trabalhadores ainda não têm qualquer protecção na Saúde, na doença, na velhice.

Luta pela Vitória da Reforma Agrária — Maniatar toda a firme disposição em que os trabalhadores alentejanos se encontram para melhorar a sua organização, para enfrentar vitoriosamente as manobras da reacção e para fazer avançar a Reforma Agrária a caminho do Socialismo.

A encerrar o Encontro usou da palavra o camarada António Gervásio que fez uma síntese do que têm sido as lutas dos trabalhadores rurais do Alentejo e do muito que há ainda para fazer, alertando os trabalhadores para a necessidade de uma vigilância constante, do reforço da unidade e da firmeza na luta.

A Reforma Agrária não poderá avançar sem o avanço da Revolução. A Revolução não poderá avançar sem o avanço da Reforma Agrária.



As delegações do PCP e do PCA durante as conversações realizadas na sede do nosso Partido. Em frente de Álvaro Cunhal, o camarada Hermann Gautier, Vice-Presidente do Partido Comunista Alemão

## REFORÇA-SE A AMIZADE ENTRE O PCP E O PCA

### As relações fraternais entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Alemão, na base do internacionalismo proletário, saíram amplamente reforçadas das conversações entre as delegações dos dois partidos irmãos recentemente realizadas em Lisboa

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 10 a 13 de Setembro de 1975, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Alemão, dirigida pelo Vice-Presidente do Partido, camarada Hermann Gautier. Da delegação faziam parte os camaradas Karl Heinz Schroeder, Secretário da Direcção do Partido e Stefan Lendorff, membro da Direcção do Partido e Presidente Federal da União dos Estudantes Marxistas-Spartakus.

A delegação do CC do PCA teve conversações com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Sérgio Vilariques, membro do Secretariado da Comissão Política do CC, que dirige a delegação, Aurélio Santos, membro suplente do CC e responsável da Secção Internacional e Helena Costa da Secção Internacional.

A delegação foi recebida pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido Comunista Português, para uma troca de impressões e experiências. Nas conversações, que decorreram num ambiente de calorosa camaradagem, ficou expressa a total identidade de pontos de vista de ambos os Partidos sobre as questões tratadas.

O PCA expressou a sua solidariedade para com o processo democrático e revolucionário em Portugal, o seu apreço pelos longos anos de luta do Partido Comunista Português e outras forças progressistas contra o fascismo e a luta actual pela consolidação da ordem democrática e das conquistas revolucionárias alcançadas. A delegação do PCA deu uma informação sobre a luta dos comunistas na República Federal da Alemanha bem como de outras forças progressistas contra as constantes tentativas de interferências nas questões internas de Portugal feitas pelas forças imperialistas da RFA e os seus representantes políticos, a CDU-CSU, bem como pelos dirigentes do Partido Social-Democrata Alemão.

A delegação do PCA sublinhou que as conquistas históricas do Povo Português, o derrota do fascismo e o fim do colonialismo não servem apenas os interesses de Portugal, mas também os interesses das massas trabalhadoras da RFA.

O PCA condena veementemente os atentados da reacção contra o Partido Comunista Português e outras organizações democráticas. A delegação do PCA realça o apelo a todos os trabalhadores, aos social-democratas, cristãos, progressistas, homens sem partido e sindicalistas da República Federal Alemã para que se solidarizem com os operários e camponeses e forças democráticas de Portugal na luta contra as forças da direita.

O PCA deu uma informação sobre as iniciativas de solidariedade do Partido para com os trabalhadores portugueses que actualmente vivem na República Federal Alemã. O PCA manifestou, ao mesmo tempo, o seu apreço pelos esforços dos trabalhadores portugueses que lutam unidos com os seus companheiros de trabalho alemães contra a política de lançar para os ombros dos trabalhadores os efeitos da crise e que se esforçam para reforçar a solidariedade dos operários, dos camponeses, da juventude e dos estudantes, bem como de todas as forças democráticas dos dois países.

A delegação do PCA manifestou o seu agradecimento ao PCP e a todas as forças progressistas da República Federal da Alemanha pela solidariedade à luta do Povo Português contra o fascismo e o colonialismo, pela democracia e pela liberdade. Os representantes do PCP deram uma ampla informação acerca dos acontecimentos políticos verificadas em Portugal após o derrota do ditador fascista a 25 de Abril de 1974 e sobre a situação actual. O PCP sublinhou os seus esforços pela unidade de acção de todas as forças democráticas, pela unidade e consolidação da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, pela total liquidação do colonialismo português, pela construção em Portugal duma sociedade democrática que alicie as mais

amplas liberdades a profundas transformações económicas sociais de carácter antimonopolista e antilatifundista.

O PCP salientou a sua fraternal solidariedade à luta do PCA contra o facto de sobre os trabalhadores serem lançados os efeitos da crise, contra a discriminação em relação aos comunistas e outros democratas e pela cessação dos despedimentos de comunistas, pela defesa dos interesses vitais do povo trabalhador, pela consolidação e alargamento dos seus direitos democráticos. O PCP manifestou o seu apreço pelos esforços do PCA pela unidade de acção e pela aliança de todas as forças democráticas e progressistas da República Federal Alemã.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PCA, pelas visitas que efectuou às regiões de Lisboa, Évora e Portalegre, pôde tomar conhecimento directo com a luta do povo português pela democracia e a liberdade, pela reforma agrária e a liquidação do poder dos monopólios, pelo progresso social, pela construção duma sociedade nova e mais humana, a caminho do socialismo.

As fraternas e calorosas relações entre os comunistas da RFA e os

comunistas portugueses ficaram expressas nos numerosos encontros com representantes do PCP, com operários e camponeses, intelectuais e jovens. Ambos os Partidos se pronunciaram a favor duma política de boas relações entre os seus países e por amistosas relações de unidade entre os trabalhadores dos dois Estados.

Ambos os Partidos saudaram os resultados da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia, considerando uma das principais tarefas internacionais do momento presente reforçar e tornar irreversível a tendência para o desarmamento, e manifestaram a decisão de continuar a desenvolver esforços nesse sentido.

O PCA e o PCP condenam firmemente o terror fascista do Chile e reclamam a libertação do Secretário-Geral do Partido Comunista do Chile, camarada Luís Chilvan, bem como de todos os patriotas chilenos encarcerados. Ambos os Partidos condenam energicamente a repressão fascista em Espanha, protestam contra as condenações à morte e manifestam a sua solidariedade às vítimas da repressão e à luta do Povo Espanhol pelo derrota do regime franquista e pela liberdade. Os

dois Partidos reforçaram a sua solidariedade a todas as forças progressistas do mundo que lutam contra a dominação imperialista, o fascismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, pela democracia, pela independência nacional, pela paz e pelo socialismo.

Os dois Partidos manifestaram a firme intenção de continuar contribuindo para o reforço do Movimento Comunista e Operário Internacional, apreciando o grande significado do aprofundamento das relações fraternais entre os Partidos irmãos, na base das ideias de Marx, Engels e Lenin e do internacionalismo proletário.

Os dois Partidos rejeitam com firmeza e no interesse dos trabalhadores, tanto o anticomunismo como o antisovietismo em todas as suas formas.

O encontro entre os dois Partidos contribuiu para o reforço e aprofundamento da sua cooperação. Foram tomadas decisões para o alargamento da solidariedade mútua. O Comité Central do Partido Comunista Português aceitou o convite para participar na segunda festa do jornal «Unsere Zeitung» e no Congresso do Partido Comunista Alemão, a realizar em Bona no próximo ano.

## APOIO INTERNACIONAL AO PCP

### Mensagens e afirmações de solidariedade para com o PCP do Comité Central do PC da Argentina, do Vietname do Norte, de milhares de trabalhadores da RDA: exemplos vibrantes, que se juntam a muitos outros, de que não lutamos sozinhos

Continuam a chegar ao nosso Partido testemunhos infindáveis de que as forças revolucionárias, a classe operária e as massas trabalhadoras de todo o mundo progressista estão ao lado do PCP e solidárias com a Revolução. O Comité Central do Partido Comunista da Argentina, reunido nos passados dias 11 e 12 para apreciar a situação política no seu país e o papel do PCA decidiu enviar ao Partido Comunista Português uma saudação na qual se afirma:

«O Comité Central do nosso Partido, interpretando os sentimentos do conjunto da organização, assim como os de importantes sectores democráticos e anti-imperialistas da classe operária e do povo argentino, faz-vos chegar a mais ampla solidariedade para com a vossa decisiva luta unitária para impedir o restabelecimento do fascismo, apoiar a revolução democrática, anti-imperialista e anticolonialista de libertação nacional, rumo ao socialismo.»

«Os comunistas argentinos estão certos, tal como o afirmo o valente Partido Comunista Português, de que a luta que o processo seiva particularmente complexo e perigoso, existem forças suficientes para superar a crise, estabilizar a situação, consolidar o processo revolucionário e prosseguir no caminho que conduzirá ao socialismo.»

«A vossa causa é a causa de toda a humanidade progressista e, por conseguinte, é também a nossa causa. Podemos contar, queridos camaradas, com a solidariedade das forças democráticas e anti-imperialistas do povo argentino.»

Também o heróico povo do Vietname do Norte dá o seu completo apoio ao nosso Partido, segundo um artigo inserido no jornal «Nhan Dan», órgão central do Partido dos Trabalhadores do Vietname do Norte. Salientando que o apoio à revolução portuguesa é a marca de um verdadeiro internacionalismo proletário, o jornal acusa as forças da reacção portuguesa de trabalharem de mãos dadas com as forças sombrias que na Europa Ocidental e na América tentam apagar as conquistas revolucionárias do povo português.

No seu artigo sobre o nosso País, «Nhan Dan» refere ainda os duros combates da classe operária e das forças patrióticas portuguesas na luta pela independência nacional e pelo socialismo. Quanto à República Democrática

Alemã, através dos seus dirigentes e do seu povo, vem manifestando a sua inchoa solidariedade para com o processo revolucionário português e para com a vanguarda revolucionária da classe operária, o Partido Comunista Português. O exemplo que a seguir citamos é bem o exemplo desta vaga de solidariedade activa e militante que as massas populares da RDA desencadearam para com os seus irmãos trabalhadores portugueses. Uma cidade inteira, Weimar, tem manifestado a sua completa solidariedade para com a nossa revolução: os operários, os empregados, os funcionários, os estudantes, os professores, os intelectuais, o povo trabalhador de Weimar está com a Revolução portuguesa.

Centenas de mensagens enviadas por trabalhadores de Weimar são a prova firme da solidariedade do povo alemão: operários da fábrica de máquinas agrícolas, da padaria industrial do estado, dos funcionários administrativos, dos comunistas, operários e empregados das fábricas metalúrgicas, dos professores e alunos da Escola Superior de Arquitectura, dos professores das escolas da cidade e arredores, etc. Em todas as mensagens, a condenação

da violência fascista, o repúdio das manobras imperialistas, a repulsa pela conspiração do capital internacional, a condenação das acções da social-democracia. Em todas elas, o exemplo do Chile é citado, para se afirmar que o nosso País não será um novo Chile.

Mas a solidariedade dos trabalhadores da RDA ultrapassa a cidade de Weimar e estende-se por toda a nação socialista. Os operários da empresa estatal Bergmann-Borsig, de Berlim, os trabalhadores das fábricas Ernst Thälmann, de Magdeburgo, os camponeses da cooperativa de Gamsaet, os jovens metalúrgicos da fábrica de aços especiais de Freital, os membros da organização socialista da juventude da escola «Geschwister Scholl», de Bad Berka, a secção de Erfurt da Federação Democrática das Mulheres da RDA, um grupo de personalidades cristãs da RDA, o secretário-geral da Federação dos Juristas da RDA, juntam as suas mensagens de solidariedade às muitas outras já recebidas.

A classe operária, as massas trabalhadoras, os progressistas, democratas, anti-imperialistas de todo o mundo estão com a revolução portuguesa. Portugal não será um novo Chile!

## CONTRA AS CALÚNIAS DA REACÇÃO

Nos seus desesperados ataques contra o processo revolucionário, os laços do capital, a boca e as mãos dos monopólios e dos latifundiários, desferem as mais venenosas calúnias contra o partido da classe operária portuguesa, o PCP. Conforme salienta uma nota da Secção de Informação e Propaganda do nosso Partido, «não é de estranhar, pois, que no actual momento político, do qual uma das mais salientes características é a ofensiva das forças da reacção em todas as frentes, surjam também, a par das acções directas de violência de bandos fascistas, as calúnias e mentiras sobre o PCP, a sua direcção, militantes seus.»

A nota da SIP do PCP, referindo-se às notícias publicadas em órgãos especializados neste tipo de desinformação,

«A Luta» e o «Tempo», segundo as quais existiriam pretensas divisões e «linhas» na direcção do partido da classe operária, salienta:

«Não se tratando sequer de especulações jornalísticas mas de puras invenções totalmente forjadas, tais notícias só podem ter como fonte de origem as centrais de diversão e provocação política das forças fascistas e imperialistas, nacionais e estrangeiras, e seus agentes — pelo que a Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português, não podendo estar a perder tempo a desmentir em cada caso o que nem desmentido mereceria, alerta os órgãos de informação sérios e o público em geral para não darem qualquer crédito a tais ataques.»



A mesa que presidiu aos trabalhos. No uso da palavra, o camarada António Gervásio

dos Pequenos e Médios Agricultores, do MDP/CDE e ainda o eng.º Júlio Martins, o economista Virgílio Ferreira, dr. Salomão, da Junta Nacional dos Produtos Pecuarios e dr.ª Maria das Dores, do Instituto dos Cereais.

«QUE RAIO DE REVOLUCIONÁRIOS SÃO ESSES?»

A denúncia da falta de apoio aos que procuram avançar com a Reforma Agrária foi uma das tónicas do Encontro. Outra, a firme disposição dos trabalhadores agrícolas de defender a sua terra, de lutar pelas conquistas alcançadas, de morrer pela Revolução, se necessário.

«Seja qual for o Governo que se oponha ao avanço da Reforma Agrária ou que pretenda, como pretenderam os agrários fascistas nas manifestações em Évora, tirar a terra que os trabalhadores têm regado com o seu suor e com o seu sangue, não o conseguiremos. No Alentejo, as Herdades Colectivas que são abrangidas pela lei da Reforma Agrária, serão defendidas palmo a palmo. A gente não cede nem um palmo desta terra que é dos trabalhadores. Se for preciso regá-la ainda com mais sangue, vamos juntar o sangue de mais trabalhadores ao da Catarina e outros heróis do nosso Povo. Mas o Alentejo não cede nem um palmo!»

Na linguagem simples e directa de quem desconhece rodeios e artificios, sem frases empoladas nem grandes discursos, os trabalhadores sucederam-se nas suas intervenções, acusando, sugerindo, propondo, criticando, falando de si próprios embora só falando de trabalho, interrogando-se muitas vezes sobre outros trabalhadores que se dizem revolucionários e cuja linguagem não entendem. Há cá muitos trabalhadores que não recebem há mais de sete semanas, homens e mulheres, que têm em casa filhos que pedem pão e só têm fome para lhes dar. Fome a sério. E esses trabalhadores, revolucionários, que ganham seis contos por mês, e mais, a pedirem aumentos... Que raio de revolucionários são esses?

E as críticas aos organismos criados, em princípio, para auxiliarem o avanço da Reforma Agrária e algumas vezes mais não têm feito senão entravá-la. O que é preciso é termos as condições para trabalhar, sejam oito horas, sejam dez, sejam aquelas que forem necessárias, pois temos de aumentar a produção. Mas não com um IRA e um Centro de Reforma Agrária a funcionar como estão, que lá existem — e temos todos que estar alerta em todas as Cooperativas — fascistas e reacçãoários. Ou temos de pôr o CRA de parte completamente, ou então vamos mesmo lá... RUA.

A falta de apoio financeiro, quantas vezes resolvido à custa «da boca de miséria de nós todos», alia-se a falta de apoio técnico, as dificuldades de comercialização, a sabotagem sistemática.

## A SOLIDARIEDADE PROLETÁRIA

Todavia, malgrado todos os entraves, a Reforma Agrária avança nos campos do Alentejo.

Sindicato de Mora, «lutaremos, amigos, ao lado dos homens» — afirmaram a sua decisão de continuar na luta pelo avanço da Reforma Agrária. Estão dispostos a tudo, e dizem-no serenamente, com a força interior dos que sabem ter razão.

As decisões do Encontro são claras, retrato fiel dos que só sabem tratar das coisas «pão, pão, queijo queijo» — Apoio Financeiro — Exigir a imediata abertura de crédito às Herdades Colectivas para assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e o avêscimo de produção

das necessidades e das possibilidades de ajuda entre Herdades Colectivas, tomar medidas para encaminhar estes problemas entre trabalhadores e com as entidades responsáveis.

Outra Solidariedade entre Trabalhadores — Saudar e felicitar os jovens trabalhadores e estudantes, os trabalhadores de outras profissões, os técnicos progressistas portugueses, que nos têm ajudado e incitá-los a que nos ajudem a mobilizar, ainda em maior medida, o apoio nacional e dos trabalhadores de todo o mundo ao avanço da Reforma



## A JUVENTUDE COMUNISTA EMPENHADA NA REVOLUÇÃO

### No termo de uma jornada de trabalho voluntário em herdades colectivas promovida pela UJC, realizou-se em Évora um comício em que interveio o camarada Octávio Pato, do Secretariado do CC do PCP

«É necessário que os jovens comunistas compreendam que não basta organizar e mobilizar, é também necessário unir na acção todos aqueles que pretendem fazer avançar a Revolução» — afirmou o camarada Octávio Pato, do Secretariado da Comissão Política do CC do PCP, num comício promovido pela União da Juventude Comunista no passado domingo, na Praça do Templo de Diana, em Évora.

Este comício, onde intervieram ainda os camaradas César Roussado, da Comissão Executiva da UJC e António Jorge, da Comissão Executiva da UEC, encerrou uma jornada de trabalho revolucionário em herdades colectivas, realizada pela UJC em todo o distrito de Évora. Durante a manhã, realizara-se uma gincaça, provas de pintura infantil e ainda algumas provas desportivas, no Rossio de S. Brás.

Durante a sua intervenção, o camarada Octávio Pato afirmou ainda: «A Revolução atravessa uma grave crise. As causas dessa crise são múltiplas. Mas a principal é, sem dúvida, a acção das forças reacçãoárias internas e externas contra o processo revolucionário. A reacção pretende voltar ao passado para nos impor uma ditadura fascista. Ela pretende dividir e mesmo desfazer o MFA e liquidar a aliança Povo — MFA.»

E prosseguiu: «Hoje a tarefa essen-

cial é unir todos o povo para conter a marcha da contra-revolução. A Revolução não pode avançar convenientemente se não barrar o passo à contra-revolução. Por isso se impõe um reforço da unidade das forças de esquerda.»

Falando, mais adiante, das tarefas concretas necessárias ao avanço da Revolução, o nosso camarada disse: «Liquidar os monopólios e os latifundiários e reforçar a unidade entre os militares progressistas continuam a ser tarefas primordiais.»

Referindo-se à formação do novo governo, Octávio Pato salientou:

«Momentos antes do comício exibiram-se o grupo coral de Montemor-o-Novo e um grupo de pioneiros de Plas, que representou a peça «A Dura Luta do Povo», encenada por um operário rural.

No final, realizou-se uma breve sessão de canto livre em que participou o camarada José Jorge Letria.



Octávio Pato falando aos jovens

## COMÍCIO DA UJC EM SANTA IRIA

A União da Juventude Comunista promove amanhã, às 21 horas, na Sociedade Recreativa de Santa Iria de Azóia, um comício em que participará o camarada Abóim Inglês, do CC do PCP.